

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CHARLES REIS DE AMORIM

OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS NA AMAZÔNIA:  
uma nova concepção de planejamento militar em apoio à repressão aos crimes  
ambientais e transnacionais nos rios transfronteiriços da região.

Rio de Janeiro

2021

CC CHARLES REIS DE AMORIM

OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS NA AMAZÔNIA:  
uma nova concepção de planejamento militar em apoio à repressão aos crimes  
ambientais e transnacionais nos rios transfronteiriços da região.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra  
Naval, como requisito parcial para a conclusão  
do Curso de Estado-Maior para Oficiais  
Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Luís Fernando  
Nogueira Pompeu

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a todos os meus familiares, em especial a minha esposa Hellen e meu filho Heitor, pela compreensão e pelo suporte indispensáveis durante o período que me dediquei para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval, sobretudo na fase final de elaboração desta pesquisa, cujas presenças foram fundamentais.

Ao CMG (RM1) Luís Fernando Nogueira Pompeu, meu orientador, pelos valiosos ensinamentos transmitidos, apoio, disponibilidade e confiança. Meus sinceros agradecimentos pela orientação honesta e objetiva, que foi o alicerce para o êxito da dissertação.

Aos CF (FN) André Luiz Guimarães Silva e CC Vinicius Gonçalves Sloboda, e a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o sucesso dessa jornada e a conclusão do trabalho.

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar o nível de colaboração interagências e propor uma nova estrutura organizacional para o planejamento e controle das ações envolvendo meios navais no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira do Brasil. Esse tipo de estudo se justifica pela importância das Operações Interagências no incremento da capacidade do Estado brasileiro em prover controle e segurança de suas fronteiras e para proporcionar maior sinergia entre as Forças Armadas e os outros órgãos governamentais da Administração Pública, que, por amparo jurídico, atuam primariamente para reprimir os diversos ilícitos penais. A pesquisa empregou como base teórica as teorias de Atkinson e Strickler, a fim de alicerçar a análise do nível de colaboração entre a Marinha do Brasil (MB) e os Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização (OSPF) no planejamento operacional das Operações Ágata conduzidas nos rios transfronteiriços da região amazônica no período de 2018 e 2019 e no ano 2021. Durante a pesquisa, foram identificadas as deficiências observadas no Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) desde a sua implantação, em 2011, e os motivos que resultaram na implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) e nas novas concepções para as operações nas fronteiras. Foram mencionados, também, os aspectos que resultaram no sucesso de cooperação interagências e centralização de dados de inteligência da *Joint Interagency Task Force-South* (JIATF-South), de modo a analisar a interação entre as instituições brasileiras, no que tange ao compartilhamento de informações. Após as análises e comparações, no intuito de aprimorar os planejamentos futuros das Operações Interagências, foi proposto que os Comandos Operacionais Conjuntos sejam constituídos de estruturas flexíveis e equilibradas, de acordo com os meios e recursos humanos disponíveis, enfatizando a participação das demais instituições em nível operacional, a busca de objetivos comuns e a quebra de barreiras entre as instituições.

Palavras-chave: Operações Ágata. Operações Interagências. Compartilhamento de informações. Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Elementos básicos contribuintes para o nível de maturidade interagências .....	67
FIGURA 2 – Hidrovias da Região Hidrográfica Amazônica .....	68
FIGURA 3 – Redes do Narcotráfico na Amazônia .....	69
FIGURA 4 – Principais locais de pesca ilegal da espécie pirarucu .....	70
FIGURA 5 – Mapa Situacional da calha do rio Jandiatuba .....	71

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Nível de Maturidade Interagências.....	15
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO –	Ações Cívico-Sociais
AJB –	Águas Jurisdicionais Brasileiras
APA –	Análise Pós-Ação
ASSHOP –	Assistência Hospitalar
C <sup>2</sup> –	Comando e Controle
CCOp –	Centro de Coordenação de Operações
CDIF –	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Fronteira
CEFII –	Centro de Fusão de Inteligência Internacional do Caribe
Censipam –	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CIISPR-Norte	Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Regional Norte
CIOF	Centro Integrado de Operações de Fronteira
CISMAR –	Centro Integrado de Segurança Marítima
CF –	Constituição Federal
COE –	Companhia de Operações Especiais
CoNavOpEsp –	Comando Naval de Operações Especiais
C <sup>3</sup> M –	Centro de Coordenação Civil-Militar
CV –	Comando Vermelho
DEA –	Drugs Enforcement Administration
DMN –	Doutrina Militar Naval
DNAISP –	Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública
DNPM –	Departamento Nacional de Produção Mineral
DoD –	Department of Defense
EMCFA –	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMCj –	Estado-Maior Conjunto
FDN –	Família do Norte
FUNAI –	Fundação do Índio
GGI-F –	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
GSI-PR –	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GVI –	Grupo de Visita e Inspeção
IBAMA –	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio –	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

JIATF-South	–	Joint Interagency Task Force-South
JTF-4	–	Joint Task Force-4
LC	–	Lei Complementar
MB	–	Marinha do Brasil
MD	–	Ministério da Defesa
MD-33-M-12	–	Manual de Operações Interagências do Ministério da Defesa
MJSP	–	Ministério da Justiça e Segurança Pública
NAsH	–	Navio de Assistência Hospitalar
NICCP	–	National Interdiction Command and Control Plan
NPaFlu	–	Navio-Patrolha Fluvial
OpEsp	–	Operações Especiais
ORCRIM	–	Organização Criminosa
OSPF	–	Órgãos de Segurança Pública e de Fiscalização
PATNAV	–	Patrulha Naval
PCC	–	Primeiro Comando da Capital
PEF	–	Plano Estratégico de Fronteiras
PPIF	–	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PCivil	–	Polícia Civil
PF	–	Polícia Federal
PM	–	Polícia Militar
RFB	–	Receita Federal do Brasil
Seopi	–	Secretaria de Operações Integradas do MJSP
SIC4	–	Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação e Comando e Controle
SISBIN	–	Sistema Brasileiro de Inteligência
SRF	–	Secretaria da Receita Federal do Brasil
SSP-AM	–	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas
TCU	–	Tribunal de Contas da União
VIGIA	–	Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas
1ºBtlOpRib	-	1º Batalhão de Operações Ribeirinhas



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE RELAÇÕES INTERAGÊNCIAS</b>	12
2.1	Teoria de Atkinson	12
2.2	Teoria de Strickler	14
2.3	Comparação entre as teorias	17
<b>3</b>	<b>O PROGRAMA DE PROTEÇÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS</b>	18
3.1	Plano Estratégico de Fronteiras	18
3.2	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras	19
<b>4</b>	<b>OPERAÇÕES ÁGATA NA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA</b>	21
4.1	Área fronteiriça com a Colômbia e Peru	21
4.1.1	Principais crimes transfronteiriços e ambientais	23
4.2	Particularidades do emprego de meios navais nos rios transfronteiriços da Amazônia.	25
4.3	Operações Ágata nos rios transfronteiriços da Amazônia.	28
<b>5</b>	<b>A JOINT INTERAGENCY TASK FORCE-SOUTH</b>	36
5.1	Processo evolutivo da JIATF-South	36
5.2	Aplicação dos ensinamentos obtidos para as Operações Ágata	43
5.3	Estrutura para Operações Interagências	49
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	51
	<b>REFERÊNCIAS</b>	54
	<b>APÊNDICES</b>	60
	<b>ANEXOS</b>	67

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos maiores problemas enfrentados pelo Brasil no combate ao crime organizado transnacional é causado pelas fragilidades no controle do acesso às suas fronteiras, sejam terrestres ou marítimas. Nesse cenário, destaca-se a região amazônica, em virtude da ingente permeabilidade ao longo de sua faixa de fronteira com os Estados limítrofes.

Essa permeabilidade possibilita o surgimento de rotas fluviais e terrestres, que são ambientes perfeitos para o desenvolvimento e fluxo de atividades ilícitas transfronteiriças, entre as quais destacam-se os tráfegos de armas de fogo, munições e drogas, crimes ambientais, descaminho e contrabando. Essas atividades são favorecidas principalmente pelas práticas de dissimulação empregadas pelos agentes delituosos nos diversos cenários geográficos encontrados, especialmente quando possuem suporte logístico, pleno conhecimento das características da região onde atuam e acesso à equipamentos de comunicações.

Essa conjuntura esteve entre os fatores determinantes para que, no ano de 2011, fosse instituído o já revogado Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), que estabelecia a realização de ações conjuntas entre os órgãos de segurança pública, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) e as Forças Armadas, com propósito de se contrapor ao crime organizado transnacional e aumentar a presença do Estado brasileiro na sua faixa de fronteira.

No âmbito do Ministério da Defesa (MD), o referido plano influenciou no início do planejamento das Operações Ágata e na doutrina de Operações Interagências,<sup>1</sup> que são operações que derivam da interação entre as Forças Armadas e demais agências, governamentais ou não governamentais, a fim de harmonizar interesses e coordenar esforços na busca de objetivos ou propósitos convergentes, evitando a dualidade de procedimentos,

---

<sup>1</sup> A primeira edição do manual MD-33-M-12, de Operações Interagências, foi aprovada no ano de 2013. Atualmente, temos sua segunda edição, cuja publicação ocorreu em 2017. O início das Operações Ágata ocorreu no ano de 2011, antes da publicação do referido manual.

perda de recursos e incompatibilidade de soluções para atingir resultados comuns com maior efetividade e menores desperdícios (BRASIL, 2017a).

Em 2016, o PEF foi substituído pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), que praticamente manteve o mesmo processo para o enfrentamento e repressão aos crimes transnacionais e ambientais na faixa de fronteira, incrementando possibilidades de ações em suas águas interiores e na costa marítima brasileira. Além disso, estimulou a ideia de intensificar a troca de informações e o desenvolvimento de ferramentas de integração entre os diversos Órgãos de Segurança Pública e de Fiscalização (OSPF).

Conforme especifica a doutrina de Operações Interagências, essa sinergia de ações, envolvendo diversos órgãos, proporciona uma combinação de culturas, procedimentos e aptidões para solução de problemas que demandam ações concretas e complexas. Assim, nas Operações Interagências, o resultado dessa diversidade de forças agrega um conjunto de conhecimentos e informações e permite a coordenação dos inúmeros pontos de vista das instituições participantes e de suas capacidades e técnicas operacionais (BRASIL, 2017a).

Em 2019, com finalidade semelhante, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) aprovou seus preceitos de integração da segurança pública, a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP). Tal doutrina abrange a troca de informações, emprego de tecnologia de informação e boas práticas de direção e gestão das instituições, a fim de permitir a condução e coordenação de operações na área de segurança nas três esferas da Administração Pública (BRASIL, 2019d).

Nesse diapasão, o problema a ser estudado nesta pesquisa será a interação entre a Marinha do Brasil (MB) e os OSPF no planejamento operacional das Operações Ágata conduzidas nos rios transfronteiriços da Amazônia no período de 2018 e 2019 e em 2021. Para tanto, serão utilizadas abordagens qualitativas e descritivas para interpretação dos fenômenos e

processos envolvidos no ambiente operacional, além de experiências do próprio autor no contexto das situações investigadas.<sup>2</sup>

A base teórica será fundamentada nas teorias de Atkinson e Strickler, explicitadas no capítulo segundo, a fim de alicerçar a análise do nível de colaboração entre as instituições envolvidas nas operações.

Na sequência, o capítulo terceiro destina-se a relatar as falhas observadas no PEF desde o início de sua criação, em 2011, para se compreender como ocorreu o processo que resultou na implementação do PPIF, no ano de 2016.

O capítulo quarto, por sua vez, pretende descrever o ambiente operacional nos rios transfronteiriços da Amazônia e analisar a participação dos meios navais nas Operações Ágata, enfatizando as peculiaridades do emprego dos meios navais na região, bem como as relações interagências durante as operações.

O capítulo quinto tem o objetivo de identificar os fatores que permitiram o sucesso de parcerias da *Joint Interagency Task Force-South* (JIATF-South) e os expressivos resultados obtidos nas ações contra drogas nas áreas marítimas da América Latina e Caribe,<sup>3</sup> de modo a extrair oportunidades a partir dos ensinamentos obtidos e analisar o nível de colaboração e o compartilhamento de informações entre as instituições brasileiras em Operações Interagências, com base nas teorias mencionadas nesta pesquisa, a fim de propor uma estrutura adequada para o planejamento operacional.

Por fim, o último capítulo finaliza o trabalho com as conclusões encontradas na pesquisa.

<sup>2</sup> O autor participou de algumas Operações Ágata na região amazônica no período de 2014 a 2019.

<sup>3</sup> A Força-Tarefa Conjunta Interagências do Sul trata-se de uma força-tarefa interagências baseada em Key West, Flórida, voltada para operações de combate ao tráfico ilícito transnacional e a fusão de dados de inteligência.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE RELAÇÕES INTERAGÊNCIAS**

Serão tratados neste capítulo conceitos e fundamentos sobre as relações interagências, no intuito de auxiliar a análise e abordagem do objeto de estudo desta pesquisa.

O capítulo será dividido em três seções, a primeira examinará a teoria sugerida por Mary Atkinson (2002), que descreve distintos tipos de modelos para o esforço conjunto em atividades interagências, a segunda tratará das abordagens de Ted Strickler (2010), que definem critérios para classificar os níveis de maturidade na colaboração interagências, e, por fim, a última, que discorrerá sobre as principais diferenças e pontos em comum entre as duas teorias.

### **2.1 Teoria de Atkinson**

O trabalho de Atkinson (2002) fornece dados conclusivos de um estudo que envolveu profissionais das áreas da educação, serviços sociais e setores relacionados à saúde para definição de modelos para o esforço interagências, cujo desenvolvimento compreendeu três fases. A primeira pautou-se em auditorias sobre as atividades fins de determinadas instituições previamente selecionadas. A segunda abrangeu visitas com o objetivo de entrevistar seus funcionários chaves. E, por fim, na terceira, houve visitas em seis dessas organizações para condução de análises mais detalhadas acerca de estudos de casos e discussões sobre a aplicação dos modelos teóricos, a fim de colher experiências profissionais dos empregados e identificar os desafios que poderiam ser enfrentados e os principais fatores que contribuiriam para o sucesso de atividades conjuntas.

Como resultados, foram apontados cinco possíveis tipos de modelos para o esforço interagências, conforme a seguir:

- a) tomada de decisões. O objetivo fundamental é permitir um fórum ou grupo de trabalho interagências, em que os membros das diversas agências ou órgãos envolvidos possam

debater e tomar decisões. No âmbito das atividades interagências, tais grupos poderiam ser formados nos níveis estratégico e operacional;

- b) consulta e treinamento. Esse modo de interação, presente no nível operacional, permite o incremento de conhecimento e compreensão de uma agência em relação à outra, com objetivo de melhorar as práticas e experiências profissionais nas instituições, incentivando treinamentos e realização de consultorias;
- c) base centralizada. Essa interação pode existir nos níveis operacional e tático. Seu objetivo é reunir uma gama de conhecimentos em um só lugar, a fim de fornecer um serviço mais coordenado e abrangente, por meio do desempenho das tarefas relacionadas aos diferentes órgãos ou agências;
- d) ações coordenadas. Nesse tipo de interação, além de as agências estarem reunidas no mesmo local conforme o supracitado modelo base centralizada, possuem um único coordenador, responsável pelo trabalho conjunto. Tal padrão proposto pode ser observado nas atividades desempenhadas por um Estado-Maior Conjunto (EMCj), quando ativado, e haver a participação de membros das agências em sua composição;
- e) equipes operativas. Nessa categoria, profissionais de diferentes instituições são destacados para trabalhar rotineiramente de forma conjunta. O objetivo da iniciativa é formar uma equipe coesa e com intensa colaboração entre as agências, a fim de prestar serviços diretamente aos clientes. Nesse modelo, a dedicação exclusiva e os vínculos de confiança entre os membros das distintas agências facilitam e fortalecem o processo interagências quando atuam diretamente nas ações finais.

No estudo, destacaram-se como principais fatores para o desenvolvimento efetivo do trabalho interagências: a criação e implementação de sistemas e procedimentos de comunicação que abrangem as principais lideranças; garantia de recursos e pessoal; consolidação de objetivos comuns e metas desde o início dos planejamentos; identificação e

seleção de profissionais mais motivados e comprometidos; disponibilidade de tempo; compreensão das funções e responsabilidades de outras agências; e, a necessidade de compartilhamento de informações, liderança e direção no nível estratégico.

Por fim, Atkinson (2002) cita que a comunicação foi identificada como o principal desafio em todos os níveis de trabalho, principalmente nas demandas geradas pelos coordenadores nos níveis estratégico e operacional. Além disso, a teoria ainda aborda como dificuldades das interações as diferentes culturas profissionais, políticas e procedimentos adotados pelas agências no desenvolvimento das atividades.

## **2.2 Teoria de Strickler**

A teoria do nível de maturidade nas relações interagências sugerida por Strickler (2010) estabelece critérios para a classificação do nível de relacionamento entre as instituições. Seu estudo enfatiza alguns elementos que contribuem para o sucesso das relações interagências, como por exemplo: o acesso à informação e o compartilhamento de dados de eventos futuros; a elaboração de planos como uma forma de sincronizar vários esforços; entendimento das atitudes tomadas por certas agências; importância da confiança mútua nas relações amigáveis para o bom fluxo de informações e a contínua comunicação bilateral; e, o modo de planejar nos processos interagências.

Sua proposta descreve as relações interagências de maneira mais metódica, organizada e descritiva, a fim de servir como um instrumento para coordenação das atividades conjuntas.

Em suma, a teoria apresenta uma arquitetura resumida que cita e descreve os possíveis níveis de maturidade durante as interações entre as agências, conforme o QUADRO 1 a seguir:

## QUADRO 1

## Nível de Maturidade Interagências

Níveis de Maturidade Interagências	Elementos básicos que contribuem para o Nível de Maturidade geral interagências				
	Relações Interagências	Acesso à informação	Objetivos das Agências	Atitudes das Agências	Processos Interagências
Básico ou Consulta	Mínimo	Restrito: <i>briefings</i> delimitados às ações em curso	Independente, frequentemente conflitantes	Indiferente	Esporádico
Elementar ou Cooperação	Pessoal	Limitado: informação compartilhada para reduzir conflitos e não haver interferências	Independente, mas cientes dos objetivos das demais agências	Relacionamentos amigáveis podem ser úteis	Não estruturado
Intermediário ou Coordenação	Organizacional	Expandida: disposição de compartilhar planejamentos futuros e adquirir apoio mútuo	Independente, mas alinhados com os objetivos das demais agências	Relacionamentos amigáveis são essenciais	Organizado
Avançado ou Comunicação	Institucional	Extensiva: suporte para o fluxo de informação em todo ciclo de planejamento e nas operações integradas	Mútuos e se fortalecem	Não se deve agir sozinho	Sistemático

Fonte: (STRICKLER, 2010, p.7, tradução nossa).<sup>4</sup>

Ainda, segundo Strickler (2010), as interações entre as distintas instituições possuem alguns requisitos fundamentais, conforme abaixo:

- a) relações interpessoais. São o alicerce da cooperação interagências. O processo tem que se iniciar a partir de algum lugar, e, geralmente, começa com o estabelecimento de um relacionamento pessoal. No entanto, uma barreira encontrada é a frequente rotatividade de pessoal, especialmente no meio militar, gerando riscos de prejudicar o estabelecimento de elos de confiança, que são fundamentais em qualquer atividade interagências;
- b) compartilhamento de informações. É essencial. Porém, esse intercâmbio de informações não substitui a coordenação em sua substância. Além disso, o compartilhamento é frequentemente caracterizado por protocolos rígidos que requerem que os dados sigam o

<sup>4</sup> Quadro extraído da fonte, no idioma inglês, escrito pelo teórico (ANEXO A).



fluxo de uma cadeia hierárquica até chegarem aos níveis mais inferiores de uma estrutura organizacional, como por exemplo, nos níveis operacional e tático. Esse tipo de rigidez pode gerar atrasos na disseminação de informações pela demora na divulgação dos dados necessários aos setores do nível tático, que estão diretamente envolvidos na linha de frente durante as ações e operações;

- c) planejamento conjunto. Esforços coordenados entre agências demandam planejamento interagências bem ordenado. Um obstáculo notado é a disparidade existente entre a elevada capacidade de planejamento detalhado das organizações militares e a baixa aptidão das agências civis. Desta forma, o referido fato tem motivado a responsabilidade pela elaboração dos planejamentos interagências para os militares;
- d) exercícios e capacitação. A inércia ou resistência à mudança é, sem dúvida, o maior obstáculo para aprimorar a cooperação interagências. O comportamento humano por sua própria natureza apega-se ao *status quo*. Nesse sentido, avulta a necessidade de realização de exercícios interagências, capacitação de pessoal e adestramentos de ações conjuntas entre instituições civis e militares, bem como incrementar intercâmbios para melhor conhecimento da estrutura organizacional e dinâmica de trabalho da agência parceira, a fim de permitir a construção de relações baseadas na confiança e a fluidez da comunicação.

Strickler (2010) também menciona alguns obstáculos que dificultam a prática bem-sucedida de cooperação, como as restrições legais e os diferentes objetivos e culturas organizacionais das agências.

Deste modo, nota-se que as instituições, civis e militares, quando em Operações Interagências, devem gerenciar as informações, incrementar a capacitação de pessoal e planejar de forma conjunta, sempre administrando o fator humano e os recursos disponíveis para coordenar os esforços, a fim alcançar os objetivos com maior sinergia possível.

### 2.3 Comparação entre as teorias

As propostas não estabelecem uma regra específica para condução de atividades interagências, no entanto definem modelos e níveis de maturidade das relações interagências para nortear a gestão de pessoas e os recursos disponíveis no ambiente de trabalho, a fim de alcançar metas e objetivos comuns, dirimir conflitos e desenvolver um clima organizacional amigável e a confiança mútua.

A primeira teoria define modelos de trabalho em grupo, que detalham de maneira mais minuciosa as relações no ambiente interagências, cujo objetivo principal é padronizar uma estrutura interagências que seja capaz de facilitar o planejamento e desenvolvimento das ações de forma conjunta. Já a segunda, prioriza a classificação das relações de acordo com o nível de maturidade interagências, desde o nível básico com uma interação mínima entre as agências até o mais avanço, quando prevalecem as relações institucionais com extensivo acesso à informação.

Os estudos citaram como principais obstáculos para o desencadeamento das atividades, as distintas culturas e procedimentos adotados pelas instituições. Além disso, ambos os teóricos destacaram mais enfaticamente a necessidade contínua de comunicação, ressaltando o compartilhamento de informações para melhor coordenação e integração das atividades.

Por conseguinte, para a boa condução do planejamento militar nas Operações Interagências, no nível operacional, é importante estabelecer uma estrutura organizacional com maior grau de colaboração entre as agências, considerando o problema a ser enfrentado e os recursos disponíveis, a fim de otimizar os processos de tomada de decisão.

Neste sentido, a próxima etapa da pesquisa irá discorrer sobre os motivos que resultaram na implementação do PPIF e as novas perspectivas para o planejamento conjunto das Operações Ágata a partir do ano de 2017.

### **3 PROGRAMA DE PROTEÇÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS**

O capítulo irá relatar as deficiências observadas no Plano Estratégico de Fronteiras desde o início de sua criação para compreendermos como se originou o processo de implementação do PPIF, em 2016, e as novas premissas para as Operações Interagências.

#### **3.1 Plano Estratégico de Fronteiras**

Após o estabelecimento do PEF, em 2011, constatou-se que nem todos os órgãos envolvidos, civis e militares, estavam preparados ou buscavam formas e meios para conduzir uma coordenação institucional de maneira efetiva nas Operações Interagências (NETO; BARP; CARDOSO, 2017).

Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou uma auditoria operacional no ano 2015, com o fito de verificar as deficiências na condução do plano supramencionado, avaliar os requisitos de governança das políticas de governo conduzidas para o desenvolvimento e segurança das fronteiras e aprimorar a atuação estatal nessas regiões.

Conforme resultado do relatório do TCU, foram estabelecidas as seguintes necessidades para o fortalecimento das ações interagências na área de fronteira: incremento de acordos intergovernamentais; integração com os Estados vizinhos para o enfrentamento dos problemas afins; aprimoramento de meios para atrair o interesse da sociedade; assegurar a utilidade e compreensão de bancos de dados; investimentos em recursos humanos e materiais nos órgãos; melhorias relacionadas à liderança, à harmonização, à interdependência e ao compartilhamento, devido à prática inefetiva de troca de informações interagências; avaliações formais e regulares sobre o desempenho integrado das instituições; e, formulação de sistema de gerenciamento de riscos apto a identificar e conduzir os eventos que influenciam os objetivos das ações governamentais na zona de fronteira (BRASIL, 2016d).

O relatório também ressaltou que era essencial que o Ministério da Integração Nacional, que conduz a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Fronteira (CDIF),<sup>5</sup> e os coordenadores do PEF,<sup>6</sup> promovessem maior interação e discutissem um modelo de monitoramento e avaliação das políticas na área de fronteira, com o propósito de obterem dados mais confiáveis e relevantes para fornecer suporte aos relatórios de desempenho e verificação dos resultados (BRASIL, 2016d).

Em função das recomendações supracitadas, foi instituído o PPIF e revogado o PEF, ainda em 2016.<sup>7</sup>

### **3.2 Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**

No texto, o programa define de maneira mais compreensível o órgão responsável por sua gestão e supervisão e quais são as instituições que conduzem as ações nas fronteiras.

Anteriormente, o controle do plano não era gerido por uma liderança específica intitulada por Lei, o que resultava em descoordenação entre os três Ministros de Estados responsáveis. Agora, o órgão responsável por toda direção do programa, no nível estratégico, é o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR). Além disso, nessa nova estruturação, são contemplados a integração com o Sistema Brasileira de Inteligência (SISBIN),<sup>8</sup> bem como o fomento às práticas de compartilhamento de informações e desenvolvimento de ferramentas entre os órgãos de segurança pública e inteligência, a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) (BRASIL, 2016a).

<sup>5</sup> Órgão de assessoramento superior destinado a propor medidas e coordenar ações que visam o desenvolvimento de iniciativas necessárias à atuação do Governo Federal na faixa de fronteira. (BRASIL, 2019a).

<sup>6</sup> Ministros de Estado da Justiça, Defesa e Fazenda.

<sup>7</sup> Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016.

<sup>8</sup> Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência. Atualmente, 48 órgãos federais compõem sua estrutura, compreendendo Ministérios e instituições de áreas como segurança, Forças Armadas, saúde, transportes e telecomunicações.

Seu objetivo visa integrar as ações de repressão ao crime organizado transnacional, valorizando as atividades de inteligência e a surpresa nas ações, conforme documento elaborado pelo MD em resposta à Câmara dos Deputados, em 2018.<sup>9</sup> Nos apontamentos, esse documento ainda cita certas premissas para futuras Operações Ágata, como a maior seletividade das agências participantes, o aumento do número de operações a cada ano e a redução de seus períodos, o aproveitamento de operações das Forças Singulares, a sinergia com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o incremento de recursos tecnológicos (BRASIL, 2018c).

Desta maneira, a partir de 2017, as Operações Ágata passaram a ser realizadas trimestralmente a cada ano,<sup>10</sup> em períodos mais curtos e sem datas previstas devido ao fator surpresa, enfatizando ações mais direcionadas nas fronteiras, vias fluviais e na costa marítima, de acordo com os dados de inteligência (BRASIL, 2018c).<sup>11</sup>

Segundo Strickler (2010), é imprescindível a implementação de processos mais estruturados de investigação e cooperação interagências para que as estratégias conjuntas das agências sejam capazes de atender a realidade das situações cotidianas.

No Brasil, as diversas consequências danosas para a sociedade, causadas pelas atividades ilícitas em suas fronteiras, avultam cada vez mais a intensificação de políticas para o avanço das atividades interagências.

Logo, percebe-se que a nova doutrina de Operação Interagências ainda se ressentir de desenvolvimento, devido ao curto tempo desde sua aprovação pelo MD, em 2017, e aos novos pressupostos para as operações na faixa de fronteira, cuja aplicação será verificada no próximo capítulo, que abordará as Operações Ágata realizadas nos rios transfronteiriços da Amazônia no período de 2018 e 2019 e no ano de 2021.

<sup>9</sup> Resposta do MD ao Requerimento de Informação nº 3.387/2018, da Câmara dos Deputados, sobre da política de segurança de fronteiras, referente ao combate ao tráfico de drogas e armas.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/planejamento-trimestral-da-operacao-agata-e-tema-de-reuniao>>. Acesso em: 25 jul. 2021. Planejamento trimestral da Operação Ágata.

<sup>11</sup> No período de 2011 a 2016, foram conduzidas onze Operações Ágata. A partir de 2017, de acordo com as novas políticas do PPIF e o planejamento trimestral, já foram conduzidas dezoito Operações Ágata até junho de 2021.

## **4 OPERAÇÕES ÁGATA NA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA**

Este capítulo irá descrever o ambiente operacional na faixa de fronteira da Amazônia, bem como identificará os principais desafios para o emprego dos meios navais nos rios transfronteiriços da região e abordará sobre a participação da MB nas Operações Ágata, realizadas no período de 2018 e 2019 e no ano de 2021.

### **4.1 Área fronteira com a Colômbia e Peru**

A zona fronteira do Brasil com a Colômbia e Peru pode ser considerada um dos locais mais complexos no Brasil em termos de segurança. Sua extensão compreende um total de 4.639 Km de fronteiras, sendo 1.644 Km com a Colômbia e 2.995 km contíguos ao Peru. Na região, há deficiência de equipamentos e formas de comunicação entre os órgãos públicos, inexistindo a integração dos serviços de telecomunicações e um centro integrado de controle com os Estados vizinhos. Também, observa-se carência no quantitativo de servidores, sobretudo na parte de segurança, o que gera reduzida interlocução entre os órgãos, federais e estaduais, e dificulta uma política voltada para o intercâmbio e troca de informações de inteligência com instituições de outras áreas, como de defesa e controle ambiental (PÊGO et al., 2018).

De modo geral, o controle e fiscalização são precários, pois além da rotatividade de recursos humanos nas instituições, muitos postos de trabalho funcionam em horários restringidos ou têm atendimento limitado, o que interfere no controle de entrada e saída do Estado brasileiro, facilitando o tráfico de itens ilícitos transnacionais. Essa situação causa dificuldades para o estabelecimento de protocolos de fiscalização e segurança, gerando fortes vulnerabilidades devido às portas abertas da fronteira (PÊGO et al., 2018).

Nesse amplo espaço territorial (FIG. 2, ANEXO B), existem quatro grandes rios transfronteiriços, os rios Amazonas/Solimões, Negro, Japurá e Içá, que são fundamentais para a integração e desenvolvimento social e econômico dos Estados limieiros. No entanto, essas

vias fluviais são pontos onde ocorrem diversos ilícitos como o tráfico de entorpecentes, descaminho de mercadorias, crimes ambientais, garimpo ilegal, imigração ilegal de estrangeiros e tráfico de pessoas (PÊGO et al., 2018).

O rio Amazonas nasce no Peru e adentra em território brasileiro na região da tríplice fronteira entre as cidades de Tabatinga-AM, Letícia-COL e Santa Rosa do Javari-PER, quando passa a ser chamado de rio Solimões. Ao receber as águas do rio Negro, em Manaus, novamente passa a ser denominado como rio Amazonas até sua foz no Oceano Atlântico. Seus principais tributários transnacionais são os rios Içá, Japurá, Javari e Negro.

A bacia hidrográfica do rio Içá possui cerca de 113.000 Km<sup>2</sup>. Após a junção de seus dois principais afluentes formadores, ainda em território equatoriano, recebe o nome de rio Putumayo. Este rio, ao longo de seu curso, forma a fronteira entre a Colômbia e Peru e, ao penetrar em território brasileiro, recebe o nome de rio Içá, fluindo 120 milhas náuticas até sua foz no rio Solimões, na cidade de Santo Antônio do Içá-AM (NETO, 2001).

O rio Japurá nasce na Colômbia e, juntamente com seus afluentes, forma uma bacia hidrográfica de aproximadamente 300.000 Km<sup>2</sup>, com comunicações fluviais com as bacias dos rios Putumayo e Negro. Em território colombiano é chamado de rio Caquetá e, ao penetrar no Brasil, passa a ser chamado de rio Japurá, possuindo diversos canais fluviais que o interligam ao rio Solimões, como o furo do Auti-Paraná, próximo à cidade de Maraã-AM. Sua extensão, desde a fronteira até a foz, compreende cerca de 380 milhas náuticas (NETO, 2001).

O rio Negro constitui uma bacia que encobre regiões do Brasil, Colômbia, Venezuela e Guiana, com área de 609.000 Km<sup>2</sup>. Sua entrada no Brasil ocorre em um local que faz divisas com a Colômbia e Venezuela, e flui aproximadamente 660 milhas náuticas até sua barra no rio Amazonas, no entorno da cidade de Manaus-AM (NETO, 2001).

Há, ainda, o rio Javari, que nasce no Peru e constitui grande parte da fronteira do Brasil com aquele Estado. Sua bacia hidrográfica possui aproximadamente 91.000 Km<sup>2</sup> e

deságua no rio Solimões, na cidade de Benjamim Constant-AM, próxima à tríplice fronteira (NETO, 2001).

Desta maneira, notam-se alguns problemas que afetam essa extensa área do território brasileiro como a carência de recursos humanos das instituições, principalmente na área de segurança, e a falta infraestrutura em comunicações, que proporcionam a baixa interlocução entre os diversos órgãos, federais e estaduais, que atuam na região.

#### **4.1.1 Principais crimes transfronteiriços e ambientais**

O tráfico internacional de drogas é incontestavelmente a atividade ilícita mais ativa, em virtude de a Colômbia e Peru serem os maiores produtores mundiais de cocaína e o transporte de grande parte dessa produção ser facilitado pelos incontáveis braços e vias fluviais que fluem até o rio Solimões. Por certo, a Amazônia brasileira é uma rota estratégica (FIG. 3, ANEXO C), que é necessária para o fluxo do entorpecente que se direciona para a Europa e a África por meio de redes que se formam a partir da conexão do Brasil com esses dois Estados fronteiriços, além de ser um corredor de abastecimento do mercado nacional (COUTO, 2018).

De acordo com o relatório da Polícia Federal (PF) sobre a Operação La Muralla,<sup>12</sup> foi verificada a existência de uma organização criminosa (ORCRIM), denominada Família do Norte (FDN), especializada na prática de crime de tráfico internacional de drogas e no transporte de grandes quantidades de cocaína produzida na região da tríplice fronteira (BRASIL, 2016e).

A estrutura dessa ORCRIM permitiu o controle e domínio completo do escoamento de drogas pela chamada rota do Solimões com o emprego de diversos tipos de embarcações,

<sup>12</sup> A Operação La Muralla “trata-se de inquérito policial instaurado em 20/05/2014, mediante portaria da Autoridade Policial, com o escopo de se desarticular uma possível organização criminosa - ORCRIM, que estaria sediada na cidade de Manaus/AM, voltada para a prática dos crimes de tráfico internacional de drogas, de lavagem de dinheiro, dentre outros, especializada no transporte de grandes quantidades de cocaína produzida na região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia para a cidade de Manaus/AM, com posterior remessa de enormes quantias de dinheiro de origem ilícita, às regiões produtoras.” (BRASIL, 2016e, p. 15).



alcançando quase o monopólio da distribuição de drogas no estado do Amazonas.<sup>13</sup> Nesse transporte de entorpecentes, os criminosos utilizam coletes balísticos, granadas de mão e armas de grosso calibre, incluindo submetralhadoras, pistolas e revólveres. Foi constatado que a principal preocupação de suas lideranças é a presença de grupos denominados de piratas,<sup>14</sup> que atuam no roubo de grandes carregamentos de drogas da facção no rio Solimões, especialmente entre as cidades de Coari-AM e Tefé-AM (BRASIL, 2016e).

Nos últimos anos, tem sido observada uma disputa entre a FDN, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) pelo controle da rota do Solimões, o que tem afetado a paz social e o aumento da violência na região, inclusive em águas interiores por onde os entorpecentes são transportados desde a região fronteira (FERREIRA; FRAMMENTO, 2019).

No que tange aos crimes ambientais, a pesca ilegal tem se desenvolvido bastante na região. A atividade pesqueira possui uma situação privilegiada na economia regional, já que grande parte do pescado é exportado para a Colômbia. Entretanto, o referido fato é um problema que prejudica o ecossistema fluvial, pois, em geral, essa exportação é feita de forma irregular por meio do descaminho, conforme relatado por servidor da RFB (BRASIL, 2005).

As principais localidades onde ocorrem essa atividade ilegal evidenciam a pesca predatória da espécie pirarucu na região amazônica, conforme dados de notificações e apreensões constantes em relatórios de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre os anos de 1992 e 2017 (FIG. 4, ANEXO D). Foi observado que as maiores apreensões de cargas ilícitas ocorreram no rio Solimões, cuja

<sup>13</sup> Rota do Solimões “é o percurso fluvial entre Tabatinga-AM, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, a Manaus-AM, navegando pelo rio Solimões.” (BRASIL, 2016e, p. 63).

<sup>14</sup> A denominação pirata refere-se à ação de grupos que atuam no rio Solimões, fazendo os traficantes de drogas de alvos, uma vez que “tomam posse da droga, cobram resgates ou negociam com outros traficantes”. (PAIVA, 2018, p. 13). Uma observação é que essa definição não se enquadra no artigo 101 da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, em virtude de os atos praticados ocorrerem em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

quantidade foi de 872,84 toneladas, e no rio Negro, com 555,87 toneladas. Somados, os dados representaram 78,13% das ocorrências (IBAMA, 1992-2017 *apud* FREITAS; SOUSA, 2021).

Outra atividade lesiva ao meio ambiente que predomina nessas águas interiores é a mineração ilegal, que tem sido praticada de maneira expressiva, sobretudo nas regiões no entorno do Alto Solimões. Tem sido observado que muitas dragas se deslocam do estado do Pará ou do rio Madeira até os municípios da região de fronteira, especialmente em Santo Antônio do Içá-AM, Japurá-AM e São Paulo de Olivença-AM (ALMEIDA et al., 2019).

A cidade de Santo Antônio do Içá-AM tem histórico de sucessivas invasões de garimpeiros que sobem o rio Içá e realizam atividade ilegal de extração de ouro em seu afluente transnacional Puretê e na região indígena dos povos Kokama e Ticuna, nas proximidades da localidade de Ipiranga, na fronteira com a Colômbia (ALMEIDA et al., 2019).

No município de Japurá-AM, a atividade de mineração é mais intensa com registros de garimpeiros que aliciam indígenas para atividades de exploração mineral, incluindo a extração de seixo e ouro nas áreas das aldeias Kokama e Kanamari (ALMEIDA et al., 2019).

Já em São Paulo de Olivença-AM, a mineração ilegal é predominante no rio Jandiatuba (FIG. 5, ANEXO E), afluente da margem direita do rio Solimões, em terras indígenas ocupadas pelos povos Ticuna e Kokama (ALMEIDA et al., 2019).

Essa breve exposição, acerca das características e da criminalidade regional, também ajudará a compreender os desafios e as peculiaridades para o emprego dos meios navais em Operações Interagências na Amazônia.

#### **4.2 Particularidades do emprego de meios navais nos rios transfronteiriços da Amazônia**

Na região amazônica, em virtude da extensão de sua área de fronteira e das características geográficas (FIG. 2, ANEXO B), existem diversas localidades isoladas de difícil acesso aos navios. Deste modo, como nem todos os Navios-Patrolha Fluviais (NPaFlu) que

operam na região possuem convés de voo, o emprego de aeronaves para realizar esclarecimento aéreo e transporte logístico, mesmo a partir de helipontos em área terrestre, torna-se relevante para auxiliar na identificação de embarcações suspeitas e no reconhecimento de áreas adjacentes às margens dos rios.

A participação dos Navios de Assistência Hospitalar (NAsH), por meio de Ações Cívico-Sociais (ACISO) e Assistências Hospitalares (ASSHOP), mostra-se importante, pois contribuem para prover serviços públicos de assistência médica, odontológica e enfermagem, bem como realizam exames laboratoriais para a população local (BRASIL, 2018a, 2019b). Dessa maneira, podem ser empregados para realizar levantamento de inteligência junto às comunidades ribeirinhas, em virtude de sua capacidade psicológica em apoio às operações de informação.

Durante a navegação fluvial, os navios são altamente expostos devido à indiscrição, às restrições de manobra pela calha navegável e ao limitado horizonte visual, radar e rádio imposto pela vegetação. Como consequência, ocorre facilmente a identificação dos meios navais em virtude da proximidade com as margens, tornando-os alvos vulneráveis (MARQUES, 2007).<sup>15</sup>

As condições climáticas regionais provocam significativas perdas na propagação das ondas eletromagnéticas, sobretudo devido ao elevado índice de umidade na floresta amazônica (ALVES; ORLANDO, 2007?). Esse importante aspecto dificulta o comando e controle (C<sup>2</sup>) durante as operações, o que potencializa a necessidade de telefones satelitais para todos os navios, a fim de auxiliar na coordenação das ações e garantir eficientes comunicações navais nas áreas de operação.

---

<sup>15</sup> Conforme experiências deste autor colhidas em operações na região, a presença dos navios da MB é disseminada constantemente nos canais na faixa de VHF por meio de assobios e conversas entre os membros das ORCRIM ou por disparos de fogos de artifício e sinais de fumaça resultantes do acendimento de fogueiras nas margens dos rios como método de comunicação visual. Ademais, as ORCRIM utilizam embarcações blindadas de forma artesanal e canoas com motores de popa modificados para desenvolver altas velocidades pelas vias navegáveis.

De acordo com os estudos sobre as fronteiras do Arco Norte do Brasil,<sup>16</sup> apesar dos investimentos significativos em defesa para a Amazônia, essa parte do território nacional ainda carece de um tratamento mais ativo do Estado brasileiro para o seu desenvolvimento, pois, frequentemente, há restrições de recursos para investimentos, sobretudo na área de segurança, que é onde são apontados os principais problemas. Essa dificuldade se agrava devido à falta de infraestrutura, especialmente no que tange aos meios de comunicação, e a indisponibilidade de recursos humanos por parte dos OSPF, cujo efetivo é inadequado para atender às demandas da faixa de fronteira (PÊGO et al., 2018).

Tal deficiência de pessoal pode ser verificada nas páginas de alguns órgãos na rede mundial de computadores, a exemplo do IBAMA, que possui superintendência na capital do estado do Amazonas e todas as unidades técnicas, no interior, encontram-se fora de operação por vacância de cargos.<sup>17</sup> A PF possui apenas superintendências e delegacias em Manaus-AM e Tabatinga-AM.<sup>18</sup>

Esses fatores apresentados contribuem para as dificuldades de interações e apoio mútuo entre os diversos órgãos e a MB durante as operações. Além disso, podem restringir o envio de informações de inteligência para apoiar as ações contra delitos transfronteiriços e ambientais e de Patrulha Naval (PATNAV), pois há deficiências de comunicação entre os órgãos e carência de fonte humana de inteligência, que é aquela em que os dados de interesse são obtidos por meio de pessoas, as quais podem atuar como informantes ou especialistas.

Logo, a partir da avaliação do ambiente operacional nos rios transfronteiriços da Amazônia, pode-se compreender a complexidade do problema a ser enfrentado, em virtude da

<sup>16</sup> O Arco Norte, comumente chamado de arco indígena devido à importância dessa população na região, compreende a faixa de fronteira que “se estende do Amapá até o Acre, incorporando inclusive a totalidade de alguns Estados, como, por exemplo, Roraima.” (PÊGO et al., 2018, p.80).

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/composicao/quem-e-quem/ibama-nos-estados/am>>. Acesso em: 22 jun. 21. Apresenta a composição das Superintendências e Unidades Técnicas do IBAMA no Estado do Amazonas.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/superintencias-e-delegacias/amazonas/superintendencia-regional-do-amazonas>>. Acesso em: 22 jun. 21. Superintendência Regional no Amazonas - Contatos da PF no Estado do Amazonas.

diversidade de cenários possíveis e a intensa interação entre as vias fluviais e a área ribeirinha. Assim, nas Operações Interagências, o Comandante Operacional necessita utilizar todos os recursos disponíveis durante o planejamento e execução das operações, não se restringindo somente aos aspectos militares das Forças Armadas, mas incluindo os esforços civis por meio das agências, de modo que os objetivos sejam atingidos em conformidade com as ameaças que possam se descortinar.

### **4.3 Operações Ágata nos rios transfronteiriços da Amazônia**

No período de 2018 e 2019, a participação de navios da MB nas Operações Ágata ocorreu conforme diretrizes do MD. Em cinco trimestres, houve o emprego coordenado de NPaFlu em ações contra delitos transfronteiriços e ambientais e PATNAV em áreas específicas, de acordo com o programa de movimentações. Em apenas três trimestres, ocorreu a ativação do Comando Operacional para o planejamento conjunto e a coordenação de tarefas, o que permitiu o incremento da interoperabilidade entre os militares das três Forças Armadas para o esforço interagências (BRASIL, 2018a, 2018b, 2019b, 2019c).

Essas operações tiveram as seguintes denominações: Operação Barro Branco I, realizada no período de 19 a 23 de novembro de 2018, intitulada como Operação Conjunta Ágata Amazônia I, cujo Comando Operacional foi ativado na cidade de Tabatinga-AM; Operação Conjunta Ágata Amazônia II, conduzida entre os dias 24 e 29 de março de 2019, sob coordenação do Comando Operacional sediado em Tefé-AM; e, Operação Barro Branco II, no período de 23 a 27 de setembro de 2019, com o Comando Operacional estruturado na cidade de Manaus-AM (BRASIL, 2018a, 2018b, 2019b, 2019c).

Conforme as análises pós-ação (APA), a interação com as agências nas operações ocorreu sem muita presença física dos agentes públicos durante o planejamento e condução das ações, o que dificultou o esforço interagências. Houve o embarque desses agentes apenas em

alguns navios, o que permitiu a troca de experiências operativas e o apoio logístico e de segurança às atividades dos órgãos participantes, de forma pontual e não integrada. Além disso, o volume de material ilícito apreendido na região pelas forças-tarefas fluviais não foi tão significativo (BRASIL, 2018a, 2019b).

Durante a Operação Conjunta Ágata Amazônia realizada no mês de maio de 2021, conforme entrevista com um Oficial que integrou o EMCj, ocorreram tratativas iniciais com as agências envolvidas por meio de contato telefônico entre os pontos de contato e, posteriormente, foram enviados convites formais para participarem da Operação. No entanto, apenas três órgãos responderam os convites e demonstraram interesse de participar, as Polícias Militar (PM) e Civil (PCivil) do estado do Amazonas e a PF. Ademais, conforme informações prestadas pelo entrevistado, somente algumas informações de inteligência e orientações passadas pela PCivil contribuíram para a Operação, permanecendo a necessidade de participação mais ativas de membros das agências (APÊNDICE A).

Apesar do empenho do MD na coordenação das operações na faixa de fronteira, percebe-se que os vários desafios existentes na Amazônia influenciaram a efetividade e os resultados das Operações Interagências, com destaque para a carência de recursos humanos nas agências. Portanto, há necessidade de um empenho mais coletivo das instituições para enfrentar esse obstáculo, como o compromisso e a vontade de se envolverem, bem como o incentivo ao diálogo entre todos os órgãos envolvidos.

Segundo Atkinson (2002) e Strickler (2010), certas barreiras necessitam ser enfrentadas pelas instituições para que haja o fortalecimento e a efetividade nas relações interagências, como as distintas culturas e procedimentos adotados pelas organizações. Além disso, ambos os teóricos destacam enfaticamente a necessidade contínua de comunicação e compartilhamento de informações para melhor coordenação e integração das atividades conjuntas.

Outro fator que Strickler (2010) considera como desafio a ser vencido é o *status quo* característico do comportamento humano, destacando o próprio conservadorismo, inclusive nas próprias organizações para o aprimoramento de linguagens comuns.

Na Amazônia, há o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), que inclusive é um dos órgãos que compõem a estrutura do SISBIN, sob subordinação do MD. Entre suas competências, destacam-se a realização de levantamento de dados de monitoramento para permitir o suporte às ações do governo, nas esferas federal, estadual e municipal e as operações em defesa da Amazônia Legal e de outras áreas consideradas de interesse, como a Zona Econômica Exclusiva (BRASIL, 2020b).

Este centro dispõe de instrumentos de sensoriamento remoto, radares e satélites, bem como elabora cartas para o monitoramento de atividades de garimpo ilegal pela identificação do posicionamento das dragas, conforme consta em entrevista realizada com um Oficial que já serviu no Comando do 9º Distrito Naval (APÊNDICE B).

De acordo com o Livro Branco de Defesa (2016), aprovado pelo Congresso Nacional, o Censipam desenvolve articulação com os órgãos governamentais e não governamentais e executa ações voltadas para proteção da Amazônia. Tal estrutura permitiria apoio ao Comando Operacional com fornecimento de dados sobre a região desde a fase de planejamento e possibilitaria o apoio mútuo entre as instituições, assim como tomadas de decisão mais precisas para o emprego dos meios navais na região amazônica (BRASIL, 2016c).

Logo, é importante a permanente integração dos Centros de Coordenação de Operações (CCOp) dos Comandos Conjuntos com o Censipam para identificar possíveis contribuições e suportes às operações. De acordo com Strickler (2010), em Operações Interagências, a responsabilidade do planejamento conjunto se direciona para os militares, no entanto é necessário que toda dinâmica do trabalho não seja debatida em apenas um único anexo

do Plano Operacional, que trata de Coordenação Interagências, mas que seja explorada por todos envolvidos.

Por conseguinte, durante o planejamento operacional de Operações Interagências, esse debate necessita ser intenso entre as seções do EMCj de Assuntos Cíveis (D9), de Operações (D3) e de Inteligência (D2), responsável por estabelecer ligações com os demais órgãos de inteligência, para melhor assessoria aos comandantes responsáveis pela condução das operações.

Assim, é importante o estabelecimento de termos de cooperação técnica e acordos com os principais órgãos e agências envolvidas no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais, de modo a construir redes positivas e sólidas para enfrentar as ORCRIM. Tanto as teorias de Atkinson (2002) e Strickler (2010) enfatizam a necessidade contínua de comunicação e compartilhamento de informações com o *feedback* dos resultados, na busca do maior grau de colaboração interagências e estabelecimento de objetivos comuns.

Deste modo, a fim de permitir a interação e se contrapor às ameaças existentes, a MB já estabeleceu aproximações com algumas agências, como no caso do IBAMA para a proteção e conservação ambiental na Amazônia;<sup>19</sup> da PF em ações contra o tráfico de entorpecentes e drogas, contrabando, imigração ilegal e roubo armado;<sup>20</sup> e, da RFB contra ilícitos tributários e aduaneiros relacionados à armas de fogo e entorpecentes e drogas afins.<sup>21</sup>

Outro importante aspecto a ser considerado é o início da operacionalização do Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SIC4), conforme as diretrizes da DNAISP do MJSP, que prevê o desenvolvimento de processos e rotinas em centros integrados para facilitar a coordenação e o comando e controle das atividades e operações

<sup>19</sup> Acordo de Cooperação com o Com9ºDN para proteção ambiental na região amazônica. (BRASIL, 2020d, p. B-2).

<sup>20</sup> Acordo de Cooperação Técnica para troca de informações com o CISMAR (Centro Integrado de Segurança Marítima). (BRASIL, 2020d, p. B-6).

<sup>21</sup> Acordo de Cooperação Técnica para assegurar a estreita cooperação nas respectivas áreas de jurisdição para ações conjuntas de inteligência e planejamento de operações em território nacional. (BRASIL, 2020d, B-9).



integradas de segurança pública e defesa social. A proposta de estruturação e composição do SIC4 estabelece a criação e expansão de centros integrados pelo território brasileiro nos níveis municipal, estadual e nacional, entre os quais destacam-se os Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública (CIISP) e de Operações de Fronteira (CIOF) (BRASIL, 2019d).

Nesse sentido, em 2019, foi inaugurado, nas estruturas do Censipam, o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Regional Norte (CIISPR-Norte), que pode trazer grandes contribuições para a integração e produção de conhecimentos, pois integra profissionais do setor de inteligência em segurança pública dos estados federativos dessa região.<sup>22</sup> Suas principais funções são a coleta, análise e divulgação de dados de inteligência para os tomadores de decisão dos estados da região norte e para outras agências de inteligência na área de segurança do Brasil (BRASIL, 2019e).

Durante a inauguração, o MJSP relatou que o objetivo é reunir agentes federais e estaduais de órgãos de segurança pública dos estados do norte do Brasil em um único ambiente, a fim de compartilhar banco de dados e inteligência, bem como integrar as forças de segurança (AMAZONAS, 2019).

Em paralelo, também em 2019, foi realizada a inauguração do primeiro CIOF, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, com o objetivo de incentivar a coleta, análise, produção de conhecimento e disseminação de dados sobre a região de fronteira do Brasil. O centro adquiriu caráter permanente a partir do mês de maio de 2021 e funciona como uma grande rede nacional de informações sobre crimes nas fronteiras, incrementando o compartilhamento de informações entre as instituições de fiscalização, defesa e segurança pública para o combate às organizações criminosas transnacionais em todo o Estado brasileiro (BRASIL, 2021f).

O CIOF tem como objetivo realizar a interlocução com as secretarias de segurança pública estaduais para o combate ao crime organizado transnacional, além de coordenar ações

---

<sup>22</sup> Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

importantes na área de fronteira, inclusive as atividades promovidas nas Operações Hórus, do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (Programa VIGIA).<sup>23</sup> Este programa reúne uma multiplicidade de profissionais, de forças federais e estaduais, das Forças Armadas e de demais agências presentes na fronteira, permitindo a convergência de esforços e a troca de conhecimentos, com ênfase em operação, capacitação, aquisição de equipamentos, integração de sistemas e bases operacionais (BRASIL, 2020c).

Portanto, observam-se projetos estratégicos e operacionais relevantes para reprimir os crimes transfronteiriços e ambientais nas fronteiras do Brasil, que podem ser inseridos no contexto das Operações Ágata pela característica permanente do CIOF.

Em decorrência dessa integração, há o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira do Amazonas (GGI-F), que é coordenado pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), conforme as diretrizes emanadas pelo PPIF. O referido gabinete trata-se de fórum formado por membros das instituições que atuam na área da segurança pública no estado do Amazonas, cujo objetivo é integrar de forma sistemática os órgãos federais, estaduais e municipais e da justiça criminal (AMAZONAS, 2021c).

Os supracitados centros integrados de operações de fronteiras e de inteligência padronizam procedimentos e permitem uma nova forma de trabalho na faixa de fronteira, em virtude do uso de ferramentas compartilhadas pelas agências de segurança e fiscalização, qualificação contínua das equipes e o emprego de dados cibernéticos e recursos tecnológicos de ponta que possibilitam atingir excelentes índices de rendimento e efetividade (FREITAS; OLIVEIRA, 2020).

<sup>23</sup> O Programa VIGIA é executado pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi/MJSP). Seu início ocorreu a partir de uma operação-piloto, denominada Hórus, na cidade de Guaira (PR), em abril de 2019, com o bloqueio de um trecho do rio Paraná, uma das principais portas de entrada de produtos ilícitos no Brasil. Devido aos resultados das ações, o programa ganhou capilaridade e foi replicado para outros estados na lista de projetos estratégicos do MJSP. (BRASIL, 2020c).

Esse conceito se alinha com os modelos de tomada de decisões e ações coordenadas propostos por Atkinson (2002), que permitem a formação de um grupo de trabalho interagências, em que os membros das diversas instituições envolvidas podem debater, tomar decisões conjuntas e incrementar a colaboração e o apoio mútuo. Nesse contexto, Strickler (2010) inclusive destaca que as relações interpessoais são imprescindíveis e formam o alicerce de um processo de cooperação sinérgico em quaisquer atividades interagências.

Além desses esforços, é relevante a criação de um centro de operação integrado com a Colômbia e Peru para troca de informações, intercâmbio de militares e aprimoramento de procedimentos operativos, similar ao Centro de Fusão de Inteligência Internacional do Caribe (CEFIIC), na cidade de Cartagena das Índias na Colômbia (APÊNDICE B).

O CEFIIC foi ativado em 2018, durante a campanha naval e fluvial Orion II, sendo composto por Oficiais de inteligência dos Estados do Caribe e Pacífico e pelos Oficiais de ligação dos Estados das forças navais participantes. O foco da campanha foi o combate ao tráfico ilícito de drogas na área marítima do Caribe e Pacífico e na área fluvial da região amazônica, abrangendo os rios Caquetá, Putumayo e Amazonas. O centro de fusão de inteligência permitiu aperfeiçoar e otimizar a interoperabilidade entre as autoridades navais do continente, reforçando o fluxo e a troca de informações operacionais e de inteligência entre as marinhas participantes e as forças navais nas áreas marítimas e fluviais, com o objetivo de reprimir o fluxo do tráfico de drogas transnacional (RIVERA, 2018).

Atualmente, no que concerne às convenções internacionais, o Estado brasileiro já é signatário da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional,<sup>24</sup> assim como da Convenção de Viena contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.<sup>25</sup> Com a República da Colômbia, o Brasil já ratificou alguns acordos como o Acordo por Notas Reversais para a constituição do Grupo de Trabalho Bilateral para Repressão

<sup>24</sup> Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.

<sup>25</sup> Decreto nº 154 de 26 de junho de 1991.

da Criminalidade e do Terrorismo,<sup>26</sup> assim como o Memorando de Entendimento para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços ou comuns.<sup>27</sup> Já com a República do Peru, podem ser citados os Memorandos de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia,<sup>28</sup> e para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços ou comuns.<sup>29</sup>

Assim, durante os últimos anos na região de fronteiras da Amazônia, mesmo com os diversos obstáculos presentes, tem sido observadas possibilidades para um crescente amadurecimento das relações institucionais e aproximações com os Estados vizinhos na busca de objetivos comuns para o combate às atividades ilegais na região

Ademais, segundo Strickler (2010), verifica-se que na prática a cooperação interagências evolui constantemente e se adapta conforme novos requisitos surgem. Nos seus estudos, foi constatado que alguns métodos e procedimentos considerados eficazes em anos anteriores, posteriormente, são menos. Este efeito pode elucidar o fato de certas operações alcançarem resultados positivos, apesar da fraca cooperação entre agências ou vice-versa.

Dessa maneira, pode-se também inferir que a própria participação da Fundação do Índio (FUNAI) é importante para o processo evolutivo das Operações Interagências, pois existem várias reservas indígenas na região, em especial na faixa de fronteira, onde ocorrem diversos ilícitos conforme já mencionado anteriormente.

Portanto, o conhecimento sobre a contínua evolução das atividades interagências e as dificuldades encontradas no ambiente operacional irão alicerçar a análise comparativa com a JIATF-South no próximo capítulo, a fim de encontrar uma estrutura para o planejamento de Operações Interagências envolvendo meios navais, que requer um esforço individual e coletivo das instituições participantes durante os processos de emprego conjunto.

<sup>26</sup> Decreto nº 8.128, de 22 de outubro de 2013.

<sup>27</sup> Decreto nº 8.698, de 28 de março de 2016.

<sup>28</sup> Decreto nº 5.752, de 12 de abril de 2006.

<sup>29</sup> Decreto nº 8.698, de 28 de março de 2016.

## 5 A JOINT INTERAGENCY TASK FORCE-SOUTH

Atualmente, o desempenho da JIATF-South é bem conhecido nos EUA, devido ao seu padrão de cooperação interagências e a centralização de dados de inteligência para detecção e monitoramento de ilícitos transnacionais nas áreas marítimas do Caribe e América Central.

Nesse sentido, este capítulo terá como objetivo identificar os fatores que permitiram o sucesso em suas estratégias de parcerias e os expressivos resultados no combate aos crimes transnacionais. Para tanto, será analisado o estudo do *Institute for National Strategic Studies of National Defense University*,<sup>30</sup> realizado por Evan Munsing e Christopher Lamb, que descreve a evolução da JIATF-South desde o início de sua estruturação, ainda como *Joint Task Force-4* (JTF-4).<sup>31</sup>

Por fim, serão extraídas oportunidades a partir dos ensinamentos obtidos para análise do nível de colaboração e a troca de informações entre as instituições brasileiras, com base nas teorias citadas nesta pesquisa, a fim de propor uma estrutura para o planejamento operacional de Operações Interagências.

### 5.1 Processo evolutivo da JIATF-South

De acordo com Munsing e Lamb (2011), o processo evolutivo da JIATF-South se iniciou na década de 1980 com a ascensão dos poderosos cartéis de drogas colombianos, que influenciavam diretamente o aumento do consumo de cocaína e de crimes nos EUA. O governo estadunidense logo percebeu que esses cartéis de drogas não poderiam ser combatidos de forma eficaz por meios tradicionais, sem haver a criação de uma força-tarefa e uma autoridade centralizadora dedicada permanentemente para o tema. Como solução, concluíram que o apoio militar às agências era necessário nas ações antidrogas.

<sup>30</sup> Instituto de Estudos Estratégicos Nacionais da Universidade de Defesa Nacional (Tradução nossa).

<sup>31</sup> Força-Tarefa Conjunta-4 (Tradução nossa).

Apesar de algumas objeções de chefes militares, em 1981, foi alterada a legislação dos EUA, de modo a permitir que o *Department of Defense* (DoD) pudesse apoiar as agências civis e a Guarda Costeira na luta contra o narcotráfico.<sup>32</sup> A lei alterada continuou a proibir os militares de participarem diretamente das atividades de aplicação da lei, como busca ou prisão de civis, no entanto permitiu a assistência técnica aos policiais, como transporte, suporte de inteligência e vigilância (MUNSING; LAMB, 2011).

Apenas em 1986, o Presidente Ronald Reagan (1911 - 2004) institucionalizou o apoio do DoD para os esforços antinarcóticos de forma mais ativa, ao declarar o narcotráfico como ameaça à segurança nacional. A partir de então, os navios da Marinha estadunidense passaram a ser designados para missões de aplicação da lei em um esforço para aumentar a capacidade de interceptar carregamentos de traficantes de drogas no mar (MUNSING; LAMB, 2011).

Ao realizar uma comparação com o Estado brasileiro, as Estratégias Nacionais de Defesa (END), de 2016 e 2020, já definiram literalmente algumas ações estratégicas de defesa, tais como fortalecer as operações conjuntas no ambiente interagências, capacitar as Forças Armadas para cooperar com os órgãos públicos e promover a interação e cooperação entre os diversos órgãos da Administração Pública nas instâncias dos três Poderes (BRASIL, 2016b, 2020e). Na mesma direção, a END (2020) incrementou que a capacidade nacional de proteção requer a adequação e estruturação dos sistemas de vigilância nas áreas de interesse e de controle sobre o território nacional e nas AJB, como o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), cujas ações são coordenadas pelo Censipam (BRASIL, 2020e).

Ainda, verifica-se na legislação brasileira um embasamento jurídico que permite o emprego das Forças Armadas em ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços

---

<sup>32</sup> Departamento de Defesa (Tradução nossa).

e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, de acordo com o artigo 16-A da Lei Complementar (LC) nº 97/1999.

A supracitada LC e o Decreto nº 5.129/2004 sobre PATNAV também estabelecem possibilidades de cooperação e coordenação com outros órgãos, federais ou estaduais, seja na forma de apoio logístico, inteligência, comunicações e instrução, ou na composição dos Grupos de Visita e Inspeção (GVI) dos navios para os esforços interagências.

Dessa maneira, pode-se concluir que tais ordenamentos permitem a execução e o aprimoramento das Operações Interagências no Brasil.

No ano de 1989, ainda em continuação aos esforços antinarcótico, o congresso estadunidense designou o DoD como agência líder no monitoramento do tráfico de drogas nos EUA e, a Guarda Costeira, como líder em operações de interdição e prisão de traficantes de drogas. Isso permitiu uma divisão organizacional significativa, pois os meios navais em trânsito nas zonas de interdição ou realizando missões de detecção e monitoramento passaram a serem instruídos a transportar os destacamentos de aplicação da lei (MUNSING; LAMB, 2011).

Segundo Atkinson (2002), há necessidade de uma liderança coordenadora e direção no nível estratégico para elevar o nível de maturidade das relações institucionais e possibilitar esforços entre as agências de forma bem coordenada. No Brasil, observa-se a liderança estratégica do PPIF exercida pelo GSI-PR e a coordenação das Operações Ágata pelo MD.

Para implementar a nova função de detecção e monitoramento, o DoD criou diversas forças-tarefas conjuntas para vincular seus esforços de combate às drogas com as agências civis. Dentre essas forças-tarefa, destacou-se a JTF-4, no estado da Flórida, cuja tarefa era monitorar a área do Caribe. Essa força-tarefa conjunta possuía como missão: estabelecer um centro de fusão de inteligência com uma rede de comunicações capaz de coletar e disseminar os dados; empregar os recursos do DoD nas ações de detecção e monitoramento; e, coordenar com outras agências a tarefa de detecção e monitoramento (MUNSING; LAMB, 2011).

No entanto, no decorrer de suas atividades, a JTF-4 se deparou com alguns conflitos culturais com outras instituições, sobretudo com a *Drugs Enforcement Administration (DEA)*,<sup>33</sup> no que tange ao compartilhamento de informações de inteligência. Verificou-se que o procedimento das organizações civis de aplicação da lei era bastante sensível à liberação de informações de inteligência, pois sempre realizam investigação mais técnica, procurando identificar as rotas das drogas e todas as pessoas envolvidas na atividade ilícita (MUNSING; LAMB, 2011).

Além disso, como a maior parte das fontes de inteligência da DEA se originava do fator humano conectado às investigações, qualquer vazamento poderia comprometer essas fontes de informações. Em contrapartida, os militares desejavam encerrar seu envolvimento assim que possível, preferencialmente logo após a detecção dos alvos, mantendo um distanciamento dos suspeitos e das testemunhas. Tal fato gerava desconfiança entre as próprias instituições (MUNSING; LAMB, 2011).

Conforme as teorias de Atkinson (2002) e Strickler (2010), tais fatos demonstram os diferentes procedimentos e culturas organizacionais das instituições, que são desafios a serem enfrentados nas Operações Interagências, pois degradam a confiança mútua.

Nas Forças Armadas brasileiras, o MD publicou o manual M33-M-12, estabelecendo que o Comandante Operacional pode formar um Centro de Coordenação Civil-Militar (C<sup>3</sup>M) dentro da estrutura da seção de Assuntos Civis, para gerir um fórum participativo entre organizações militares e civis, a fim de receber, ratificar e coordenar as solicitações de apoio das agências, estabelecimentos privados e organizações internacionais durante as operações (BRASIL, 2017a).

Essa possibilidade facilita a coordenação das atividades dos Comandos Operacionais Conjuntos e a solução de eventuais conflitos, no entanto, na prática, exclui a

---

<sup>33</sup> Administração de Fiscalização de Drogas (Tradução nossa).



participação das agências dentro do EMCj, dificultando o compartilhamento de informações e o estabelecimento de confiança mútua, pois o modelo mantém as agências concentradas dentro de apenas um elemento organizacional. Assim, a referida sistemática dificulta as instituições estabelecerem objetivos comuns e praticamente afasta as agências do processo decisório, o que contraria as teorias abordadas de Atkinson (2010) e Strickler (2010), que buscam a unidade de esforços.

Ainda, conforme Munsing e Lamb (2011), a JTF-4 não detinha o controle tático dos meios adjudicados das diversas organizações para cumprir sua missão.<sup>34</sup> Assim, a Guarda Costeira estadunidense e o DEA mantinham o controle tático sobre seus meios oferecidos à JTF-4 e podiam alterar ou abortar as missões em qualquer momento.

Na verdade, tal fato significava que aeronaves e navios de superfície, operados sob ordens de múltiplos centros de comando, possuem diferentes prioridades no estabelecimento de objetivos e designação de alvos. Adicionalmente, os comandantes das JTF só tinham autoridade sobre o pessoal militar, ficando claro que a falta de autoridade direta sobre os planos e as operações resultaria em confusão e duplicidade de interesses (MUNSING; LAMB, 2011).

Nas Operações Interagências, é previsto a estruturação de um Comando Operacional Conjunto, em que o Comandante Militar designado dispõe do CCOp para realizar a coordenação, controle, sincronismo e condução da Força Conjunta, sem haver, no entanto, a assunção do controle operacional sobre as agências integrantes (BRASIL, 2017a).<sup>35</sup>

Nesse sentido, pode-se concluir que, em virtude dessa dicotomia, o Comandante Operacional teria apenas responsabilidade de controlar e conduzir os efetivos militares

<sup>34</sup> A DMN define controle tático como a autoridade exercida por um Comandante na direção e controle dos movimentos e manobras de forças adjudicadas, necessárias para a execução da missão ou tarefa atribuída, dentro da área de operações. (BRASIL, 2017c, p. 2-5).

<sup>35</sup> De acordo com a DMN, o controle operacional confere autorização a um Comandante para empregar e controlar forças, em missões ou tarefas específicas, de modo a capacitá-lo ao cumprimento de sua missão. Exclui a autoridade para empregar, separadamente, os componentes destas forças, bem como para efetuar o seu controle logístico ou administrativo (BRASIL, 2017c, p. 2-5).

adjudicados para o cumprimento de sua missão. Em relação às agências envolvidas, manteria a interação por meio das assessorias oriundas do Centro de Coordenação Civil-Militar da seção de Assuntos Cíveis, sem qualquer tipo de controle sobre as condutas dessas instituições ou hierarquização vertical, similar ao que ocorre nas Operações Ágata.

Um bom exemplo da falta de coordenação e controle sobre as agências, em função do modelo que distancia as próprias instituições civis de um relacionamento mais cooperativo, pode ser verificado pela análise das notícias veiculadas na mídia antes mesmo da própria divulgação pelo Comando Operacional Conjunto dos resultados finais da Operação Ágata Amazônia, realizada no mês de maio de 2021.<sup>36</sup>

Foram divulgadas, por órgão de segurança pública do estado do Amazonas, fotos do material ilícito apreendido embarcado,<sup>37</sup> além de informações sobre as ações conduzidas e a fonte de informação, ribeirinho da região, que resultou nas prisões e apreensões.<sup>38</sup> Além disso, foi publicado dado acerca de telefone satelital de posse dos infratores,<sup>39</sup> o que certamente é receoso de ser mencionado por militares da MB,<sup>40</sup> conforme a cultura da Instituição. Nesse caso, os próprios veículos de comunicação podem ser considerados meios de transmissão de dados de inteligência, uma vez que há possibilidade de as informações serem utilizadas pelas ORCRIM para alertar sobre a presença de meios navais, quando navegando nos rios da região.

Em continuação às colocações de Munsing e Lamb (2011), notou-se que, apesar do apoio do DoD com sistemas eletrônicos de comando e controle, aeronaves e navios, o JTF-4 nunca se tornou realmente um centro de colaboração interagências, pois os serviços de

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://www.portalr3.com.br/2021/05/comando-conjunto-amazonia-divulga-resultados-da-operacao-agata/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2021/05/policia-militar-em-acao-integrada-apreende-mais-de-800-kg-de-entorpecentes-em-japura/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/05/11/operacao-apreende-quase-duas-toneladas-de-drogas-e-13-quilo-de-ouro-no-interior-do-am.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>39</sup> Disponível em: <[https://portalnortedenoticias.com.br/amazonas/noticia/policia/210512110021/2021-05-12/operacao\\_agata\\_apreende\\_1\\_8\\_tonelada\\_de\\_drogas\\_e\\_1\\_3\\_kg\\_de\\_ouro\\_em\\_japura\\_](https://portalnortedenoticias.com.br/amazonas/noticia/policia/210512110021/2021-05-12/operacao_agata_apreende_1_8_tonelada_de_drogas_e_1_3_kg_de_ouro_em_japura_)>. Acesso em: 01 jul. 2021.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/em-japura-pm-apreende-uma-tonelada-de-drogas-armas-e-detem-cinco-por-trafico/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

cooperação entre os militares e as agências de fiscalização eram limitados e, ao mesmo tempo, as instituições colocavam seus próprios interesses institucionais à frente da missão antidrogas, bem como os diversos sistemas de comunicação utilizados não eram totalmente interoperáveis.

Atualmente, nas Operações Interagências, ocorrem problemas similares, pois, por vezes, são colocados os interesses das instituições à frente dos objetivos comuns estabelecidos no planejamento conjunto, conforme exemplificado nos relatos sobre a última Operação Ágata Amazônia realizada no ano 2021, além de haver dificuldades de comando e controle.

Em 1994, como consequência dos problemas enfrentados pela JTF-4, foi elaborado pelo governo estadunidense o *National Interdiction Command and Control Plan* (NICCP),<sup>41</sup> estabelecendo as JIATF como um modelo de interdição marítima contra o narcotráfico. Deste modo, a JTF-4 passou a se chamar JIATF-East e a JTF-South, sediada na Cidade do Panamá e subordinada ao USSOUTHCOM,<sup>42</sup> tornou-se a JIATF-South. Esta força-tarefa conjunta interagências concentraria suas ações nos Estados de origem dos ilícitos e na vigilância de alvos suspeitos. Posteriormente, esses dados seriam repassados para quaisquer agências de aplicação da lei ou a JIATF-East, de modo a seguirem com as ações repressivas subsequentes (MUNSING; LAMB, 2011).

No ano de 1997, a área de responsabilidade do USSOUTHCOM foi alterada, acrescentando o Caribe, região abrangida pela JIATF-East. Essa mudança estipulou que a JIATF-East deveria incluir a América Central a sua área de responsabilidade. Anos depois, devido ao Tratado do Panamá, em 1999, o USSOUTHCOM transferiu-se para Miami, culminando na junção entre a JIATF-South e JIATF-East. Essa integração permitiu uma vantagem operacional significativa em apoio às operações, pois reuniu os ativos de inteligência de ambas as forças-tarefas, incluindo o controle tático sobre alguns dos meios aéreos localizados na Base da Força Aérea de Howard, no Panamá (MUNSING; LAMB, 2011).

<sup>41</sup> Plano Nacional de Comando e Controle de Interdição (Tradução nossa).

<sup>42</sup> Comando do Sul dos EUA (Tradução nossa).

Com isso, a JIATF-East obteve uma compreensão mais abrangente acerca do tráfico de drogas até a chegada à costa dos EUA, em virtude do incremento da vigilância na área marítima e a reunião de uma gama de conhecimentos em um só lugar com ações coordenadas envolvendo as diferentes agências, conforme o modelo de base centralizada de Atkinson (2002).

Em 2003, o USSOUTHCOM decidiu alterar o nome da força-tarefa para JIATF-South, a fim associá-la mais intimamente à sua organização. Os resultados das melhorias nas redes de inteligência e as novas práticas operacionais permitiram o sucesso da JIATF-South e atraíram ainda mais a cooperação de outras agências e Estados (MUNSING; LAMB, 2011).

Segundo Munsing e Lamb (2011), o principal sucesso operacional da JIATF-South foi em função de suas parcerias e pela realização de atividades integradas de inteligência.

Na mesma linha de pensamento, em entrevista concedida à Revista Diálogo, o Almirante de Esquadra Pat DeQuattro, ex-Diretor da JIATF-South, no período de 2018 a 2020, mencionou que a força da instituição reside nos seus relacionamentos, na confiança mútua entre as agências envolvidas, no conhecimento sobre a rede das ameaças enfrentadas e nas parcerias com os Estados aliados da América do Sul, América Central, Caribe, México, Canadá e alguns Estados europeus (DIÁLOGO, 2020).

Por fim, diante das exposições supramencionadas nesta seção, podem ser extraídos os principais ensinamentos para um melhor planejamento e emprego dos meios navais, no nível operacional, em Operações Interagências.

## **5.2 Aplicação dos ensinamentos obtidos para as Operações Ágata**

Nos estudos de Munsing e Lamb (2011), foram citados alguns ensinamentos que contribuíram para o destaque da JIATF-South e poderiam ser aplicados no planejamento de Operações Interagências em ações contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Como primeiro ensinamento, Munsing e Lamb (2011) destacaram o conhecimento acerca dos seus parceiros ou agências envolvidas nas ações contra o narcotráfico.

Semestralmente, a JIATF-South coordena uma conferência de planejamento que reúne todos os seus parceiros, nacionais e internacionais, para revisar seus esforços interagências e planejar novas iniciativas e operações combinadas, além de decidir quais ativos serão oferecidos à força-tarefa para os meses subsequentes (MUNSING; LAMB, 2011).

Haja vista que essa força-tarefa conjunta interagências retém o controle tático dessas unidades fornecidas pelas agências, juntamente com os recursos necessários para operá-las, são fundamentais o entendimento acerca de suas estruturas organizacionais, funcionalidades e missões, a fim de empregá-las de maneira mais assertiva durante as ações. Ou seja, conforme menciona Atkinson (2002), é necessário compreender as responsabilidades e os trabalhos desenvolvidos pelas agências parceiras para melhor coordenação das atividades.

De acordo com Munsing e Lamb (2011), esse requisito requer o conhecimento sobre como a própria missão está ligada às missões de outras agências e o amplo entendimento do problema a ser enfrentado. Isso ajuda as equipes a construir redes, obterem suporte de outras organizações e focarem no problema de maneira mais compreensível.

O segundo fator de sucesso citado foi a construção de redes. Hoje em dia, é importante fomentar parcerias adicionais, pois os problemas complexos que as forças de segurança enfrentam frequentemente exigem que se construam redes com um conjunto diversificado de partes interessadas (MUNSING; LAMB, 2011).

Essas interações foram necessárias pois o enfrentamento aos crimes transnacionais exige relações colaborativas e proativas para o compartilhamento de informações, gerenciamento de recursos disponíveis e obtenção de conhecimentos de inteligência.

Desta forma, ambos os ensinamentos supracitados corroboram com as teorias de Strickler (2010) e Atkinson (2002), pois ambas estimulam as relações interpessoais,

treinamentos e exercícios interagências conjuntos, em estreita colaboração, além de enfatizarem o compartilhamento de informações e a comunicação para melhor integração das atividades.

Evidenciou-se como terceiro ensinamento de acordo com Munsing e Lamb (2011), a otimização de soluções holísticas para problemas complexos. Aqui, há necessidade de uma avaliação mais abrangente do problema, a fim de garantir todo suporte necessário para alcançar sua solução. A JIATF-South tinha sua missão claramente identificada e necessitou de ações multidisciplinares para combinar atividades de inteligência, diferentes tipos de ativos e parcerias internacionais, o que lhe permitiu alcançar resultados significativos.

Nesse contexto, pode ser ressaltada a evolução de sua estrutura organizacional. Segundo Munsing e Lamb (2011), a referida força-tarefa conjunta interagências passou a coordenar as decisões em todos os três níveis, estratégico, operacional e tático. Ademais, todo seu processo de tomada de decisão foi facilitado por um ritmo de trabalho que focou na troca de informações durante o planejamento e execução das ações.

No início das atividades, ainda como JIF-4, as diferenças de culturas entre as agências causaram alguns conflitos de interesses para troca de dados de inteligência, como no caso da DEA, já que a JIF-4 não detinha a centralização das ações e o controle efetivos sobre todos os dados de inteligência. Posteriormente, houve sua evolução organizacional, que culminou no gerenciamento das informações compartilhadas pelas agências parceiras, incrementando a simbiose entre as atividades de inteligência e as ações táticas durante as operações (MUNSING; LAMB, 2011).

Nas Operações Interagências, no Brasil, não é estabelecido um setor que centralize todas essas decisões. Este nível de maturidade superior adotado pela JIATF-South é o avançado ou comunicação, que pressupõe a presença de relações institucionais extensivas e processos interagências sistemáticos, incluindo o suporte ao fluxo de informações em todo ciclo de planejamento e no decorrer das operações.

Durante as Operações Ágata, há a estruturação de uma base centralizada, o CCOP, conforme modelo de Atkinson (2002), que depreende um fórum ou grupo de trabalho interagências para que os membros das diversas agências ou órgãos envolvidos, reunidos em um único lugar, possam debater, tomar decisões e conduzir ações coordenadas. No entanto, os CCOps não constituem estruturas permanentes de integração, conforme é observado na JIATF-South, mas sim composições temporárias de grupos, conforme as operações são planejadas e conduzidas, sem haver o controle operacional das agências participantes.

Logo, o nível de maturidade de colaboração interagências nas Operações Ágata é o elementar ou o intermediário, conforme exposto por Strickler (2010), em que a cooperação ou coordenação das tarefas ocorrem de acordo com o alinhamento dos objetivos das instituições e o acesso à informação, que pode ser limitado ou expandido, em função das relações interagências durante o planejamento.

Atualmente, em decorrência do início da implementação do Programa VIGIA pelo MJSP, de acordo com os preceitos emanados pela DNAISP, têm sido percebidas mudanças significativas no cenário das Operações Interagências no Brasil. Conforme menciona Bettini (2020), este programa está em total concordância com o disposto no PPIF, sobretudo com a elaboração de projetos estruturantes para incrementar a presença estatal na região de fronteira.

Por meio do Programa VIGIA, há impulsos para a criação dos CIOF, conforme demanda o SIC4, no sentido de reforçar o compartilhamento de dados e a coordenação e cooperação entre as instituições na área de segurança. Esses centros de integração dispõem de ambientes apropriados para que os membros das diferentes agências participantes, empregando ferramentas de tecnologia de informação e rotinas previamente estabelecidas segundo protocolos de trabalho específicos, possam analisar e produzir conhecimentos de interesse coletivo e individual, com vista ao enfrentamento do crime organizado transnacional (FREITAS; OLIVERA, 2020).

Esses incentivos que objetivam a troca de informações são necessários já que as instituições não são autossuficientes e requerem algum nível de suporte organizacional externo, a fim de evitar a falta de direção estratégica e objetivos inconsistentes (MUNSING; LAMB, 2021). Nessa direção, certamente, a contínua evolução do Programa VIGIA fortalecerá a interação da MB com demais órgãos que atuam na repressão aos crimes transfronteiriços e ambientais na Amazônia.

Como quarto ensinamento, tem-se a necessidade de recursos financeiros para realização de investimentos. Assim, a existência de uma base orçamentária já aprovada é particularmente relevante, pois reduzirá as possibilidades de permutas com outras organizações que não estejam em condições de apoiar o esforço da equipe (MUNSING; LAMB, 2011).

Em complemento, os aportes financeiros fornecem um importante incentivo para as organizações realizarem parcerias, pois o sucesso operacional conjunto e os resultados tangíveis de apreensões atrairão recursos adicionais no futuro. Segundo Munsing e Lamb (2011), esses aspectos são indicadores importantes de que as autoridades superiores levam a missão a sério. Além disso, sua garantia é um dos fatores para o sucesso do esforço interagências, de acordo com Atkinson (2002).

Deste modo, o estímulo à participação da MB no Programa VIGIA é fundamental para os planejamentos das Operações Interagências na faixa de fronteira, pois conforme os resultados forem aparecendo, maior será a garantia de investimentos na área de segurança para as secretarias de segurança pública estaduais e o apoio às Operações Ágata.

O quinto fator de sucesso é a legitimidade de encargos emanados por autoridade superior. Conforme Munsing e Lamb (2011), a missão e as equipes devem ser claramente sancionadas por autoridade superior para garantir a cooperação com outras organizações. Após a institucionalização do DoD aos esforços antinarcoóticos, as autoridades estadunidenses designaram a JIATF-South como organização interagências líder no combate às drogas.



Segundo Atkinson (2002), deve existir uma autoridade coordenadora responsável por gerenciar o trabalho conjunto de todas as agências envolvidas. Porém, no Brasil, não há uma estrutura organizacional instituída e dedicada permanentemente ao esforço interagências com as mesmas atribuições e características das JIATF para o combate aos crimes transnacionais. Ainda assim, foram alcançados resultados significativos de apreensões de material ilícito na Operação Ágata Amazônia 2021.<sup>43</sup>

Na Operação, houve ações de equipe operativa interagências no nível tático, formada por militares e policiais de Operações Especiais (OpEsp), em apoio aos navios da MB (APÊNDICE A). Apesar do emprego isolado, pode-se inferir que tal convergência de esforços do grupo contribuiu para alcançar os objetivos e o sucesso dessa Operação, pois a equipe possuía qualificação para conduzir ações em ambientes hostis com níveis de riscos elevados e os policiais integrantes tinham jurisdição para atuar em áreas terrestres, diferentemente dos militares embarcados da MB.

Em relação à Amazônia, devido à diversidade de crimes transnacionais e ambientais, é importante que a MB incremente relações institucionais e acordos de cooperação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no que tange às atividades ilegais nas unidades de conservação ambientais, com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para fiscalizar o exercício das atividades de mineração e, com a SSP-AM, para auxiliar na repressão aos delitos.

Como último ensinamento, tem-se a necessidade de se evitar os seguintes erros nas relações interagências: não desrespeitar os parceiros menores porque eles podem fazer grandes contribuições futuras, não se esquecer de construir uma cultura de confiança e capacitação, não exigir acordos vinculativos de cooperação sobretudo no início das relações e não levar o crédito pelo sucesso colaborativo (MUNSING; LAMB, 2011).

<sup>43</sup> Disponível em: <[https://www.marinha.mil.br/com9dn/resultados\\_operacao\\_agata](https://www.marinha.mil.br/com9dn/resultados_operacao_agata)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Logo, é importante que nas Operações Interagências sejam evitadas competições entre instituições com o objetivo de fazer *lobby* ou evidenciar suas imagens em relação às demais, pois tal atitude não é benéfica nem salutar para o trabalho interagências. Do mesmo modo, deve haver contínua comunicação e compartilhamento de informações para melhor coordenação e integração das atividades, conforme destacam as teorias de Atkinson (2010) e Strickler (2002).

### **5.3 Estrutura para Operações Interagências**

Na pesquisa, houve a confirmação da hipótese utilizada de que, nas Operações Interagências, as trocas de informações de inteligência sobre as ameaças e os crimes transfronteiriços e ambientais não são realizadas de maneira contínua e efetiva com as diversas instituições, sobretudo na Amazônia, e com os Estados limítrofes da tríplice fronteira de Tabatinga-AM.

Tal fato decorre em virtude de na região amazônica haver carência de recursos humanos dos OSPF e falta infraestrutura em comunicações, o que tem provocado baixa interlocução entre os diversos órgãos, federais e estaduais, em especial na área de segurança.

No Brasil, face aos diversos crimes transfronteiriços e à permeabilidade das fronteiras, há necessidade de permanente articulação das instituições, governamentais ou não-governamentais, para maior presença e fortalecimento do Estado nessas regiões.

Nas Operações Ágata pesquisadas, foi verificado que a participação dos OSPF ocorreu praticamente em esforços no nível tático com o embarque de membros das agências participantes nos meios navais (BRASIL, 2018a, 2019b). Inclusive, não houve a estruturação do Centro de Coordenação Civil-Militar na seção de Assuntos Cíveis do EMCj (ANEXO A).

Na última Operação Conjunta Ágata Amazônia, foi incluída uma força-tarefa fluvial com elementos de OpEsp, composta por militares do Comando Naval de Operações

Especiais (CoNavOpEsp) e do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas (1ºBtlOpRib) e policiais da Companhia de Operações Especiais (COE) da PM-AM, para atuarem durante as abordagens em apoio aos meios navais (APÊNDICE A).

A presença dos elementos de OpEsp e de equipes com cães farejadores do 1ºBtlOpRib são necessários, pois o ambiente encontrado em algumas regiões da Amazônia não é totalmente permissivo aos militares, devido às possibilidades e tipos de armamentos utilizados pelas ORCRIM e ao fluxo de entorpecentes transportados pelas vias fluviais, conforme exposto no capítulo anterior acerca das peculiaridades da região. Esse grupo empregado se enquadra na categoria do modelo de equipes operativas de Atkinson (2002), que possibilita a formação de equipes coesas e aumenta os vínculos de confiança entre os membros de distintas agências.

Hoje, o Programa VIGIA permite potencializar a vigilância, integração, governança, interoperabilidade e autonomia para prevenção e combate aos crimes transfronteiriços, assim como oferece ótimas oportunidades para as Operações Interagências. Nesse sentido, o GSI-PR tem promovido incentivos às Operações Ágata e Hórus-VIGIA para atestar a eficiência do PPIF e indicar o rumo assertivo desse incipiente trabalho.<sup>44</sup> Ressalta-se que todo processo que resultou no sucesso de parcerias da JIATF-South demandou décadas.

Portanto, para o aprimoramento dos planejamentos futuros de Operações Interagências, são importantes atividades proativas com as agências parceiras, incrementar adestramentos conjuntos e formar equipes multidisciplinares, tanto nas seções do EMCj quanto nos GVI, na busca do maior nível de colaboração interagências, valorizando os processos de comunicação e a gestão do conhecimento para o preparo e emprego dos meios navais.

Nesse contexto, sugere-se que os Comandos Operacionais Conjuntos possam ser constituídos com estruturas flexíveis e equilibradas, enfatizando a participação das demais instituições em nível operacional, a busca de objetivos comuns e a quebra de barreiras culturais.

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/noticias/2021/gabinete-de-seguranca-institucional-realiza-forum-sobre-protecao-integrada-de-fronteiras-e-divisas-1>>. Acesso em: 27 jul. 2021

## 6 CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi analisar a interação entre a MB e os diversos órgãos de segurança e de fiscalização durante o planejamento e execução das Operações Ágata, a fim de verificar o nível de colaboração interagências e propor uma estrutura organizacional que permita ao Comandante Operacional empregar e controlar a força conjunta nas tarefas necessárias para o cumprimento de sua missão.

O estudo formulou a hipótese inicial de que, nas Operações Interagências, as trocas de informações em atividades de inteligência sobre as ameaças, atividades do crime organizado transnacional e ilícitos ambientais, sobretudo nos rios da Amazônia, não são realizadas de maneira contínua e efetiva com as agências governamentais e não-governamentais de interesse e com os demais Estados limítrofes da tríplice fronteira em Tabatinga-AM, Colômbia e Peru.

O desenho de pesquisa utilizado até atingir o resultado desejado passou pela apreciação dos estudos das teorias de Atkinson (2002) e Strickler (2010) para alicerçar a base de conhecimento sobre os modelos de trabalho conjunto e os requisitos de classificação dos níveis de maturidade na colaboração entre as instituições. As abordagens teóricas destacaram, entre outros fatores, que a comunicação e o processo de compartilhamento de informações são fundamentais para o planejamento e coordenação das ações nas Operações Interagências, em que se busca o maior grau de interação entre as agências participantes.

No capítulo três, foram relatadas as falhas observadas no PEF durante os anos iniciais de sua implantação para melhor entender os aspectos decisivos que motivaram a implementação do PPIF, em 2016, e as novas concepções para o fortalecimento das ações na repressão aos crimes transnacionais. Foi constatado que a atual doutrina de Operação Interagências ainda necessita de evolução no Brasil, em virtude do pouco tempo desde sua aprovação pelo MD e dos novos requisitos para a atuação estatal nas fronteiras.

No capítulo quatro, foi apresentada uma breve descrição do ambiente operacional nos principais rios transfronteiriços da Amazônia, no intuito de identificar suas condições, características e os atores existentes na região que poderiam influenciar diretamente o emprego dos meios navais e os processos de tomada de decisão durante as Operações Interagências. Ademais, foi abordada a participação dos navios da MB nas Operações Ágata realizadas na região no período de 2018 e 2019 e no ano de 2021.

Como resultado, foram verificadas fragilidades nas fronteiras em decorrência da carência de recursos humanos dos diversos órgãos públicos, federais e estaduais, e da falta de infraestrutura regional, que contribuem para o desenvolvimento de diversos delitos transnacionais nas vias fluviais que adentram no Brasil. Essa vulnerabilidade também prejudica a interação e apoio mútuo entre a MB e as diversas instituições, principalmente no compartilhamento de informações de inteligência para apoiar as ações contra delitos transfronteiriços e ambientais e as PATNAV.

Nesse sentido, o Programa VIGIA, coordenado pelo MJSP, foi apontado como principal oportunidade para o progresso das relações institucionais nas Operações Ágata, visto que motiva a integração dos órgãos que atuam no combate ao crime organizado na faixa fronteira e prevê recursos financeiros para capacitação, compra de equipamentos e desenvolvimento de centros integrados de operações de fronteiras.

Ainda, foi verificado que é essencial fortalecer os termos de cooperação técnica e acordos com as principais agências que atuam na região amazônica e incentivar aproximações com o Censipam, que, além de ser integrante do SISBIN, realiza a interlocução com diversas instituições de segurança e fiscalização para a proteção da Amazônia.

Outro fator importante discorrido foi a necessidade de criação de um centro de operação integrado com a Colômbia e Peru para compartilhamento de informações, intercâmbio de militares e aperfeiçoamento de procedimentos para enfrentamento dos problemas comuns.

No capítulo cinco, foram mencionados fatores responsáveis pelo êxito de cooperação interagências e centralização de dados de inteligência da JIATF-South, a fim de explorar as oportunidades que contribuíram para o seu sucesso, analisar do nível de colaboração interagências nas Operações Ágata com ênfase no compartilhamento de informações e sugerir uma estrutura para o planejamento das Operações Interagências.

Foi citado que o aperfeiçoamento dos planejamentos futuros requer o amadurecimento de atividades sinérgicas com as agências parceiras, adestramentos conjuntos, formação de equipes multidisciplinares, desenvolvimento de processos de comunicação e gestão do conhecimento para o preparo e emprego dos meios navais.

Por fim, nas Operações Interagências, em virtude de os Comando Operacionais Conjuntos não serem permanentes e possuírem uma estrutura que exclui as agências de uma participação mais cooperativa, sugere-se que esses Comandos sejam constituídos com estruturas flexíveis e equilibradas de acordo com os meios e recursos humanos disponíveis, incentivando a presença de membros das agências na composição do EMCj, o estabelecimento de objetivos comuns e a quebra de paradigmas culturais para solucionar de maneira mais criativa os problemas relacionados aos crimes transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. et al (Org.). Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: *conflitos sociais e mobilizações étnicas*. 1. ed. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019. 826p.

ALVES, D. S. V.; ORLANDO, A. J. F. *Propagação de Microondas sobre a Camada de Floresta*. Simpósio de Aplicações Operacionais em Áreas de Defesa. São José dos Campos, p. 2, [2007?]. Disponível em: <[https://www.sigeold.ita.br/anais/IXSIGE/Artigos/GE\\_40.pdf](https://www.sigeold.ita.br/anais/IXSIGE/Artigos/GE_40.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2021.

AMAZONAS. Governo do Estado. Wilson Lima e Sérgio Moro inauguram Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Regional Norte, em Manaus. *AMAZONAS.AM*, Manaus, 13 de dez. 2019. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2019/12/wilson-lima-e-sergio-moro-inauguram-centro-integrado-de-inteligencia-de-seguranca-publica-regional-norte-em-manau>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Polícia Militar em ação integrada apreende mais de 800 kg de entorpecentes em Japurá. *AMAZONAS.AM*, Manaus, 12 de mai. 2021a. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2021/05/policia-militar-em-acao-integrada-apreende-mais-de-800-kg-de-entorpecentes-em-japura>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Segurança Pública. Em Japurá, PM apreende uma tonelada de drogas, armas e detém cinco. *SSP.AM*, Manaus, 13 de mai. 2021b. Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/em-japura-pm-apreende-uma-tonelada-de-drogas-armas-e-detem-cinco-por-trafico>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Segurança Pública. Gabinete de Gestão Integrada (GGI). *SSP.AM*, Manaus, 2021c. Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/institucional/gabinete-de-gestao>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ATKINSON, M. et al. *Multi-Agency Working: a detailed study*. Slough, Berkshire: National Foundation for Education Research, 2002. 228 p. Disponível em: <<https://www.nfer.ac.uk/publications/CSS02/CSS02.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 154 de 26 de junho de 1991. *Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas*. Brasília, DF, 1991.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Diário Oficial da União. Poder Legislativo. Brasília, DF, 10 jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.129, de 6 de julho de 2004. *Dispõe sobre a Patrulha Naval e dá outras providências*. Brasília, DF, 2004a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. *Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional*. Brasília, DF, 2004b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira*. Brasília, DF: Ministério da Integração, 2005. 416p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.752, de 12 de abril de 2006. *Promulga o Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003*. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto no 7.496 de 08 de junho de 2011. *Institui o Plano Estratégico de Fronteiras*. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.128, de 22 de outubro de 2013. *Promulga o Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Brasília, em 9 de novembro de 2006*. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto no 8.903, de 16 de novembro de 2016. *Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução*. Brasília, DF, 2016a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Minuta da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF. 2016b. 45p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Minuta do Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF. 2016c. 189p.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. *Processo TC 020.053/2015-0 - Acórdão 1995/2016*. Brasília, DF. 2016d. Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/1995%252F2016/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Polícia Federal. Superintendência Regional no Amazonas. *Relatório Final: Operação La Muralla*. Manaus, 2016e. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2017/01/Relat%C3%B3rio-final-IPL-222-de-2014-DRE-OPERA%C3%87%C3%83O-LA-MURALLA.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.698, de 28 de março de 2016. *Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, firmado em Leticia, em 20 de julho de 2008*. Brasília, DF. 2016f.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *MD-33-M-12: Operações Interagências*. 2. ed. Brasília, DF, 2017a. 72p.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2017. *Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 02, de 2017 (Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem)*. Brasília, DF, 2017b.



- \_\_\_\_\_. Marinha do Brasil. *Doutrina Militar Naval (EMA-305)*. 1 ed. Brasília, DF, 2017c.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Análise Pós-Ação (APA) - Operação Barro Branco I*. 2018a. 89 slides.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Operação Ágata: Forças Armadas intensificam ações na Tríplice Fronteira no Amazonas. *GOV.BR*, Brasília, 2018b. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/operacao-agata-forcas-armadas-intensificam-acoes-na-triplice-fronteira-no-amazonas>>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Requerimento de Informação nº 3387, de 2018. Solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações acerca da política de segurança de fronteiras, referente ao combate ao tráfico de drogas e armas. *CAMARA.LEG*, Brasília, 2018c. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1758662](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1758662)>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019. *Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília, DF, 2019a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Análise Pós-Ação (APA) - Operação Barro Branco II*. 2019b. 14 slides.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Operações do Ministério da Defesa inibem crimes na faixa de fronteira. *GOV.BR*, Brasília, 2019c. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/operacoes-do-ministerio-da-defesa-inibem-crimes-na-faixa-de-fronteira>>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria de Operações Integradas. *Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública-DNAISP*. 2. ed. Brasília, DF, 2019d. 59p.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Centro de Inteligência de Segurança Pública Regional Norte é inaugurado em Manaus (AM). *GOV.BR*, Brasília, 2019e. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2019/12/centro-de-inteligencia-de-seguranca-publica-regional-norte-e-inaugurado-em-manaus-am>>. Acesso em: 22 jun. 2021
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *MD30-M-01- Doutrina de Operações Conjuntas*. 2. ed. Brasília, DF. 2020a. 1v.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 10.293, de 25 de março de 2020. *Altera o Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa*. Brasília, DF, 2020b.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas completa um ano de atuação com resultados expressivos. *GOV.BR*, Brasília, 2020c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/vigia-programa-nacional-de-seguranca-nas-fronteiras-e-divisas-completa-um-ano-de-atuacao-com-resultados-expressivos-1>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Marinha do Brasil. Comando de Operações Navais. *ComOpNavInst 31-22A – Segurança Marítima*. Rio de Janeiro, 2020d.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2020e. 79p.

\_\_\_\_\_. IBAMA. Apresenta a composição das Superintendências e Unidades Técnicas no Estado do Amazonas. *GOV.BR*, Brasília, 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/composicao/quem-e-quem/ibama-nos-estados/am>>. Acesso em: 22 jun. 21.

\_\_\_\_\_. Polícia Federal. Superintendência Regional no Amazonas - Contatos no Amazonas. *GOV.BR*, Brasília, 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/superintendencias-e-delegacias/amazonas/superintendencia-regional-do-amazonas>>. Acesso em: 22 jun. 21.

\_\_\_\_\_. Marinha do Brasil. Comando do 9º Distrito Naval. Comando Conjunto Amazônia divulga resultados da Operação Ágata. *MARINHA.MIL*, Manaus, 2021c. Disponível em: <[https://www.marinha.mil.br/com9dn/resultados\\_operacao\\_agata](https://www.marinha.mil.br/com9dn/resultados_operacao_agata)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Região Hidrográfica da Amazônia. *ANA.GOV*, Brasília, 2021d. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/mapas-regioes-hidrograficas/amazonica-para-site-ana-a0.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Planejamento trimestral da Operação Ágata é tema de reunião. *GOV.BR*, Brasília, 2021e. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/planejamento-trimestral-da-operacao-agata-e-tema-de-reuniao>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Centro Integrado de Operações de Fronteira passa a funcionar 24 horas por dia*. *GOV.BR*, Brasília, 2021f. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/04/centro-integrado-de-operacoes-de-fronteira-passa-a-funcionar-24-horas-por-dia>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança. Gabinete de Segurança Institucional realiza fórum sobre proteção integrada de fronteiras. *GOV.BR*, Brasília, 2021g. Disponível em: <<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/noticias/2021/gabinete-de-seguranca-institucional-realiza-forum-sobre-protecao-integrada-de-fronteiras-e-divisas-1>>. Acesso em: 27 jul. 2021

BETTINI, E. M. O Programa V.I.G.I.A. e a Segurança Multidimensional nas Fronteiras. *DEFESANET*, Brasília, 15 de abr. 2020. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/36436/O-Programa-V-I-G-I-A--e-a-Seguranca-Multidimensional-nas-Fronteiras/>>. Acesso em: 09 de julho 2021.

COMANDO Conjunto Amazônia divulga resultados da Operação Ágata. *PORTALR3*, Manaus, 18 de mai. 2021. Disponível em: <<https://www.portalr3.com.br/2021/05/comando-conjunto-amazonia-divulga-resultados-da-operacao-agata/>>. Acesso em 21 jun. 2021.

COUTO, A. C. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, Belém, v. 05, n. 02, p. 64-81, jul/dez., 2018. Disponível em: <[http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/124/pdf\\_112](http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/124/pdf_112)>. Acesso em: 21 jun. 2021.

DIÁLOGO. JIATF Sur: Centro para la cooperación internacional en interdicción de drogas. *Revista Diálogo*, Doral, 1 ed., p. 60-64, 2020. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/magazines/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FERREIRA, M.; FRAGMENTO, R. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, João Pessoa, v. 04, n. 2, p. 91-114, nov., 2019.

FREITAS, H.; SOUSA, R. Closed fishing season law a positive instrument to minimize illegal fishing of the remaining stock of Arapaima sp. In the Brazilian Amazon. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.12, n.1, p.484-494, jan., 2021. Disponível em: <<https://sustenere.co/index.php/rca/article/view/CBPC2179-6858.2021.001.0039/2476>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FREITAS, V. P.; OLIVEIRA F. W. Fusion Center, um passo decisivo no avanço da segurança pública. *CONJUR*, São Paulo, 5 de jan. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jan-05/segunda-leitura-fusion-center-passo-decisivo-avanco-seguranca-publica>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MARQUES, A. A. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. 232 f. Tese. (Doutorado Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MUNSING, E.; LAMB, C. J. Joint Interagency Task Force-South: The Best Known, Least Understood Interagency Success. *Institute for National Strategic Studies Strategic Perspectives* No. 5, Washington, D.C., jun. 2011. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/portals/68/documents/stratperspective/inss/strategic-perspectives-5.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NETO, J. C. A.; BARP, W. J.; CARDOSO, L. F. C. Modelo brasileiro do ambiente interagências para operações na fronteira. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, Niterói, v. 4, n. 2, p. 241-262, 2017. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/74656>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NETO, L. T. *Rios da Amazônia: coletânea de dados / pequeno roteiro*. 3. ed. Niterói: Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2001.

OPERAÇÃO apreende quase duas toneladas de drogas e 1,3 quilo de ouro no interior do AM. *G1.COM*, Manaus, 11 de mai. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/05/11/operacao-apreende-quase-duas-toneladas-de-drogas-e-13-quilo-de-ouro-no-interior-do-am.ghtml>>. Acesso em 21 jun. 2021.

OPERAÇÃO Ágata apreende 1,8 tonelada de drogas e 1,3 kg de ouro em Japurá. *PORTALNORTE*, Manaus, 2021. Disponível em: <

[https://portalnortedenoticias.com.br/amazonas/noticia/policia/210512110021/2021-05-12/operacao\\_agata\\_apreende\\_1\\_8\\_tonelada\\_de\\_drogas\\_e\\_1\\_3\\_kg\\_de\\_ouro\\_em\\_japura\\_>](https://portalnortedenoticias.com.br/amazonas/noticia/policia/210512110021/2021-05-12/operacao_agata_apreende_1_8_tonelada_de_drogas_e_1_3_kg_de_ouro_em_japura_>). Acesso em 21 jun. 2021.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, n. 99, p.1-19, 2019.

PÊGO, B. et al (Org.). *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte*. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018. 296p.

RIVERA, A. Apreciación CIMCON: Sinergia Regional em la lucha contra el narcotráfico em el mar – Campaña Naval “Orion II”. *Revista CIMCON*. República Nacional da Armada da Colômbia, Centro Internacional Marítimo de Análisis Contra el Narcotráfico, Cartagena das Índias, p. 8-23, dez., 2018. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewihxcLyrJyAhVUpZUCHYViAkMQFnoECAMQAw&url=http%3A%2F%2Fwww.cicad.oas.org%2Fbicadocs%2FDocument.aspx%3FId%3D5963&usg=AOvVaw3GEN\\_OeOFAIjjNm-g8BTC](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewihxcLyrJyAhVUpZUCHYViAkMQFnoECAMQAw&url=http%3A%2F%2Fwww.cicad.oas.org%2Fbicadocs%2FDocument.aspx%3FId%3D5963&usg=AOvVaw3GEN_OeOFAIjjNm-g8BTC)>. Acesso em 22 jun. 2021.

SILVA, A. L. G. Antigo Encarregado da Seção de Inteligência do Com9ºDN. *Entrevista sobre a integração com o SISBIN e demais agências durante as Operações Ágata na região*. APÊNDICE B. 2021.

SLOBODA, V. G. Integrante do EMCj da Operação Conjunta Ágata Amazônia 2021. *Entrevista sobre a participação dos órgãos de segurança e fiscalização na Operação*. APÊNDICE A. 2021.

STRICKLER, T. Interagency Cooperation: Quo Vadis? *InterAgency Journal*, Fort Leavenworth, Kansas, v. 1, n. 1, p. 3-9, 2010. Disponível em: <<https://thesimonscenter.org/bibliography/strickler-ted-1/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

## APÊNDICE A – Entrevista com Oficial que integrou o EMCj da Operação Conjunta

### Ágata Amazônia 2021

Entrevista concedida em 14 de junho de 2021, pelo Capitão de Corveta Vinicius Gonçalves Sloboda, da Seção de Operações do Comando do 9º Distrito Naval, sobre Operação Conjunta Ágata Amazônia 2021. Entrevista concedida ao CC Charles Reis de Amorim.

**1) Pergunta:** Qual a função que o Senhor exerce no Com9ºDN? Durante a última Operação Ágata Amazônia, realizada em maio de 2021, integrou qual seção do EMCj?

**CC Sloboda:** Sou o Capitão de Corveta Vinicius Gonçalves Sloboda e atualmente sirvo na Seção de Operações do Comando do 9º Distrito Naval com desembarque previsto para 14 de junho, a fim de assumir o Comando do NPflu Amapá. Durante a Operação Ágata Amazônia, integrei as seções Cj3 e Cj5 do EMCj.

**2) Pergunta:** Durante a fase de planejamento, como foi a interação com as agências governamentais e não-governamentais envolvidas? Houve a participação efetiva dos agentes civis durante essa fase ou apenas ocorreu contatos por meio de elementos de ligação? As informações compartilhadas com essas instituições foram úteis para planejar o emprego dos meios navais nas respectivas Áreas de Operação das forças-tarefas fluviais?

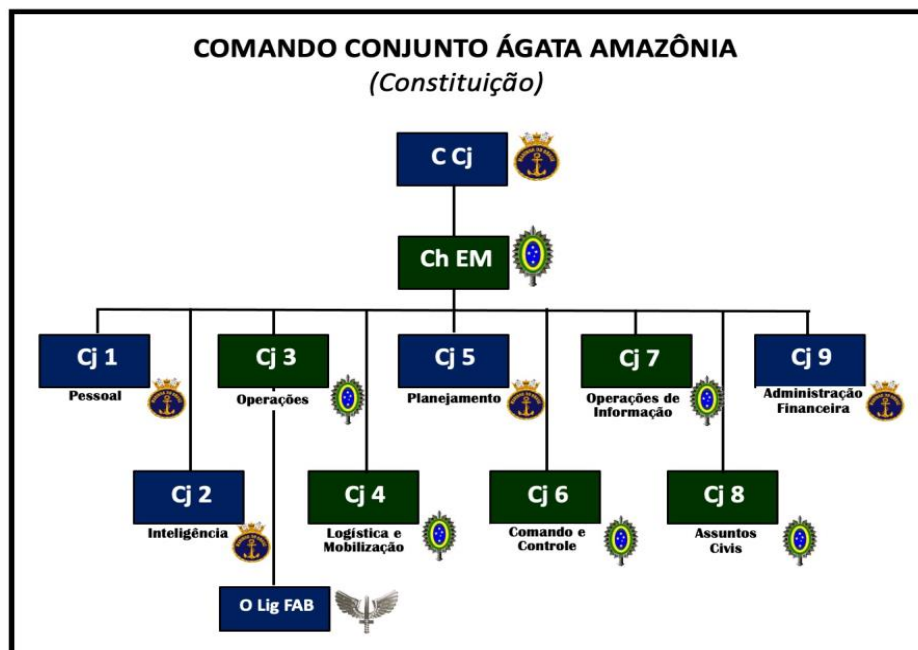
**CC Sloboda:** A fim de iniciar as tratativas com as agências envolvidas, após contato telefônico entre os pontos de contato, foram enviados Ofícios do Com9ºDN às seguintes agências, no intuito de convidá-las, formalmente, para participar da Operação: IBAMA, IPA-AM, PF, PM-AM, PCivil, PRF e FUNAI.

Cabe ressaltar que, devido ao sigilo da Operação, as datas efetivas das ações não foram divulgadas nos Ofícios, apenas o período geral da Operação. As seguintes Agências responderam e participaram da referida Ope: PF (02 Agentes), PM-AM (08 COE e 02 PM Ambientais) e PCivil (02, sendo 01 delegado e 01 escrivão).

As informações e orientações prestadas pelo delegado da PCivil sobre informações de inteligência contribuíram durante as abordagens, apreensões e conduta com os presos. Cabe destacar que para a Operação Ágata Amazônia foi estabelecida uma FT OpEsp, composta por membros do CoNavOpEsp, GRUMEC e 1ºBtlOpRib (01 DstComAnf), onde foram destacados os membros das PM e PCivil do Amazonas. Com a utilização de tropas de OpEsp foi possível explorar a capacidade de reconhecimento e vigilância, a capacidade relacionada a manutenção do sigilo e da velocidade das ações, bem como a capacidade de operações noturnas por conta da utilização de equipamentos de visão noturna, termais e designadores laser.

**3) Pergunta:** Qual a composição e estrutura do EMCj (seções) constituído?

**CC Sloboda:**



Cabe destacar que houve a junção das seções de Comunicação Social com Operações de Informação (Cj7).

**4) Pergunta:** Como foi constituído o Centro de Coordenação Civil-Militar (C<sup>3</sup>M) atrelado à célula D9? E como foi a participação das agências no EMCj na execução da Operação? Coordenação de ações ou apenas cooperação em eventos isolados de modo descentralizado?

**CC Sloboda:** XXX

**5) Pergunta:** Durante a execução da Operação, o EMCj mantinha a sinergia com as forças-tarefas fluviais com o envio constante de informações em apoio às ações? O fluxo de informações ocorria de maneira descendente, oriundo de sistemas de inteligência integrados, para o emprego dos meios nas ações, ou foi ascendente, do nível mais baixo da estrutura organizacional para o mais alto?

**CC Sloboda:** Sim. Graças aos recursos de comunicação satelital disponíveis no NAsH Soares de Meirelles, NAsH Carlos Chagas e NPaFlu Raposo Tavares, foi possível manter C<sup>2</sup> com as FT JAPURÁ e IÇÁ (Força Naval Componente e FT OpEsp, respectivamente). Com a FT SOLIMÕES, Força-Terrestre Componente, a disponibilidade de comunicação na cidade de Tabatinga-AM permitiu o apropriado C<sup>2</sup> da FT e seus elementos-tarefa.

Foi possível, ainda, estabelecer comunicação rádio entre os PEF (Pelotão Especial de Fronteira) e os navios.

As principais ordens e informações de inteligência seguiam o caminho do EMCj para as FT, porém alguns dados obtidos nas respectivas cenas de ação puderam ser trabalhados pelo EMCj, após o recebimento da informação das FT.

**6) Pergunta:** Durante a apreensão no Japurá, constante em nota da mídia, qual foi fator decisivo de informação? A comunicação foi descendente por meio das estruturas organizacionais do EMCFA e EMCj e da gestão do conhecimento resultante da integração com os órgãos, ou as informações foram obtidas por meio de denúncia anônima de ribeirinhos?

**CC Sloboda:** O fator decisivo foi o planejamento e disposição das tropas da FT OpEsp, com base nos dados de inteligência levantados em operação de inteligência realizada antes da Operação Ágata Amazônia, bem como por dados trazidos pelos membros da PM-AM. Não houve denúncia anônima de ribeirinhos, porém após a prisão de alguns membros, houve o fornecimento de informações importantes para as demais apreensões.

**7) Pergunta:** Como o Senhor define o nível de colaboração interagências na Operação?

Cooperação ou Coordenação?

**CC Sloboda:** Cooperação. Como oportunidade de melhoria, permanece a necessidade da presença mais ativas de membros das Agências, em especial aquelas subordinadas a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM).



## **APÊNDICE B – Entrevista com ex-Encarregado da Seção de Inteligência do Com9ºDN**

Entrevista concedida em 23 de junho de 2021, pelo Capitão de Fragata (FN) André Luiz Guimarães Silva, Encarregado da Seção de Inteligência do Comando do 9º Distrito Naval, no ano de 2019. Entrevista concedida ao Charles Reis de Amorim.

**1) Pergunta:** Qual a função que o Senhor exerceu no Com9ºDN? Durante o período em Manaus-AM, o Senhor integrou alguma seção de EMCj em Operações Ágata?

**CF(FN) André Guimarães:** Servi na área do Com9ºDN em quatro períodos, totalizando 09 anos de área: 1º período, anos de 2003 e 2004; 2º período, de 2009 a 2011; 3º período, anos de 2013 e 2014; e, 4º período, anos de 2019 e 2020.

Ao longo desse período participei de algumas Operações Conjuntas / Interagências como as Operações Timbó, a Operação Mamoré e as Operações Ágata, desde sua primeira edição em 2011. Na primeira Operação Ágata participei de reuniões prévias na cidade de Tabatinga e durante a execução fui o Oficial de Inteligência da parcela da MB que integrava esse Comando, operando embarcado na área da Tríplice Fronteira. No ano de 2019, fui Oficial de Inteligência do Estado-Maior Conjunto, que foi estabelecido em Manaus, no Com9ºDN.

**2) Pergunta:** O Senhor saberia informar como ocorria a integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e o fomento ao compartilhamento de informações entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, órgãos de inteligência, Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), conforme preconizado no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), em apoio ao planejamento e a execução das Operações Ágata? Caso afirmativo, havia algum sistema informatizado ou ferramentas que permitiam a gestão de conhecimento e a troca de informações entre as instituições?

**CF(FN) André Guimarães:** A integração com o SISBIN ocorria por meio de reuniões frequentes da Comunidade de Inteligência local, sendo essa integração o grande desafio, à época. Na região, a MB integra o Comitê Gestor do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira e Divisas do Amazonas (GGI-F/SSP-AM). Posso mencionar o encontro que ocorreu, no período de 29 a 31 de outubro de 2019, entre as forças de Segurança estaduais e federais, junto com as Forças Armadas, para traçar um diagnóstico da situação de fronteira do estado do Amazonas. A reunião foi coordenada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-AM), por meio do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGI-F) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, e contou com representantes colombianos e peruanos.

O Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Regional Norte (CIISPR-Norte), inaugurado em 13/12/2019, embora não faça parte do PPIF, também poderá trazer grandes contribuições para a integração e produção de conhecimento, haja vista integrar, em um mesmo centro, profissionais da área de inteligência em segurança pública de cada um dos sete estados da região (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Entre as principais funções do CIISPR-Norte está a coleta, análise e disseminação de inteligência para tomadores de decisão dos estados e demais agências de inteligência de segurança pública do país.

**3) Pergunta:** Nas Operações Ágata, havia a participação do Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) com fornecimento de informações para apoio ao planejamento militar e a execução das ações?

**CF(FN) André Guimarães:** Sim, conforme à demanda. Por ocasião das reuniões que antecedem as operações, é possível identificarmos as possíveis contribuições de cada agência. Um bom exemplo para ilustrar a contribuição no Censipam, você poderá encontrar pesquisando sobre a Operação VERDE BRASIL. São utilizados mecanismos de sensoriamento remoto,

como satélites, radares e aerolevanteamento, para a seleção das regiões alvo. O órgão chegou a lançar, no ano passado, o aplicativo Verde Brasil. O centro também tem a possibilidade de elaborar cartas para o monitoramento de atividades de garimpo ilegal, por meio da identificação do posicionamento das dragas.

**4) Pergunta:** Como o Senhor define o nível de colaboração interagências durante as Operações Ágata que ocorreram no Com9ºDN, cooperação ou coordenação das tarefas? As agências participavam desde a fase de planejamento e integravam o EMCj ou apenas havia embarque de alguns membros das agências em navios a partir de convites?

**CF(FN) André Guimarães:** Mesmo fora do contexto das Operações ÁGATA, o Com9ºDN oferece vagas para embarque agentes dos órgãos federais em suas comissões. Os meios navais têm se mostrado um excelente vetor para o trabalho de outras agências, devido suas capacidades de mobilidade e de permanência, haja vista a região ser muito carente de infraestrutura. Por ocasião de uma operação, dentro do que preconiza as Operações Interagências, são realizadas as coordenações necessárias para os apoios visualizados pelo planejador. Ainda assim, não podemos nos esquecer que a Amazônia Ocidental possui uma área de 2,20 milhões de km<sup>2</sup>, que equivalente a 42,8% da área da Amazônia Legal brasileira e a 25% do território nacional. Essa imensidão somada à deficiência de pessoal nas agências e às suas próprias demandas podem vir a impactar nas suas possibilidades de contribuições em nossas operações.

**5) Pergunta:** Havia algum Centro de Controle Integrado com os países da tríplice fronteira em Tabatinga-AM e apoio do MRE no gerenciamento de informações na faixa de fronteira?

**CF(FN) André Guimarães:** Na primeira Operação ÁGATA, realizada no ano de 2011, foi ativado um Centro de Coordenação e que contava com essas agências. Não sei informar se atualmente existe um centro semelhante ao Centro de Fusão de Inteligência Internacional do Caribe (CEFIIC), localizado na cidade de Cartagena das Índias na Colômbia.

### ANEXO A - Basic Elements Contributing to Overall IA Maturity Level

Interagency Maturity Levels	Basic Elements Contributing to Overall IA Maturity Level				
	Interagency Relationships	Information Access	Agency Goals	Agency Attitude	Interagency Process
<b>Basic</b> (Consultation)	Minimal	Restricted: Briefings confined to specific actions underway	Independent; frequently conflict	Self-absorbed	Sporadic
<b>Elementary</b> (Cooperation)	Personal	Limited: Information exchanged to deconflict operations, to stay out of each other's way	Independent but aware of others	Friends could be helpful	Unstructured
<b>Intermediate</b> (Coordination)	Organizational	Expanded: Willing to share future plans to garner mutual support	Independent but aligned with others	Friends are essential	Organized
<b>Advanced</b> (Collaboration)	Institutional	Extensive: Information flow supports full planning cycle and integrated operations	Mutual and reinforcing	Cannot do it alone	Systematic

FIGURA 1 - Basic Elements Contributing to Overall IA Maturity  
 Fonte: STRICKLER, 2010, p.7.

## ANEXO B - Hidrovias da Região Hidrográfica Amazônica

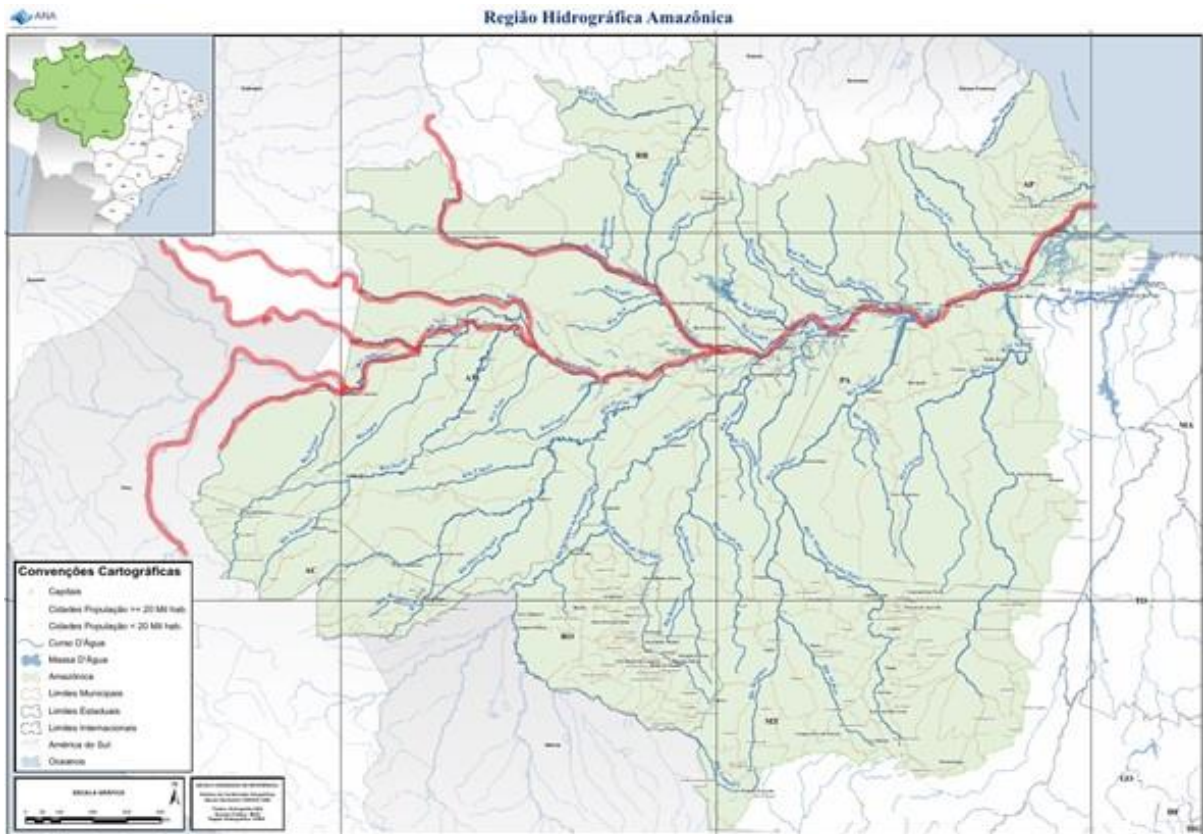


FIGURA 2 - Hidrovias da Região Hidrográfica Amazônica.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (BRASIL, 2021d).

## ANEXO C - Redes do Narcotráfico na Amazônia

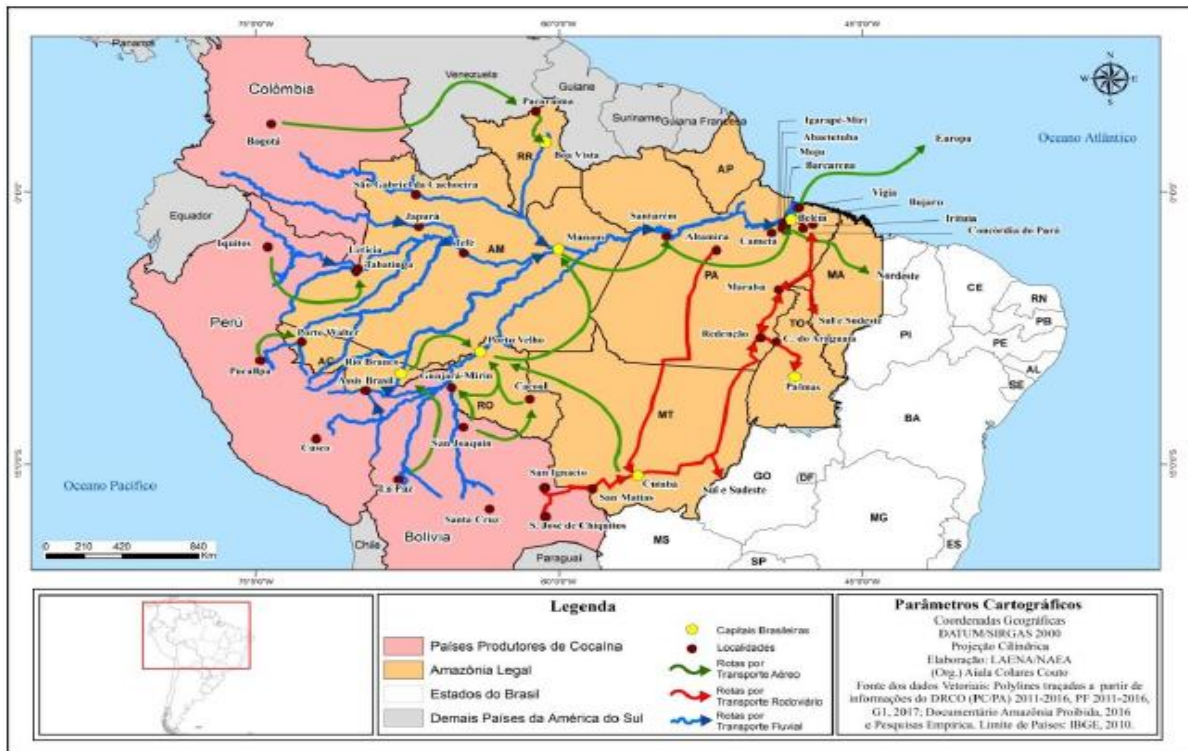


FIGURA 3 - Redes do Narcotráfico na Amazônia.  
Fonte: Polícia Federal, 2016 *apud* COUTO, 2018.

### ANEXO D - Principais locais de pesca ilegal da espécie pirarucu

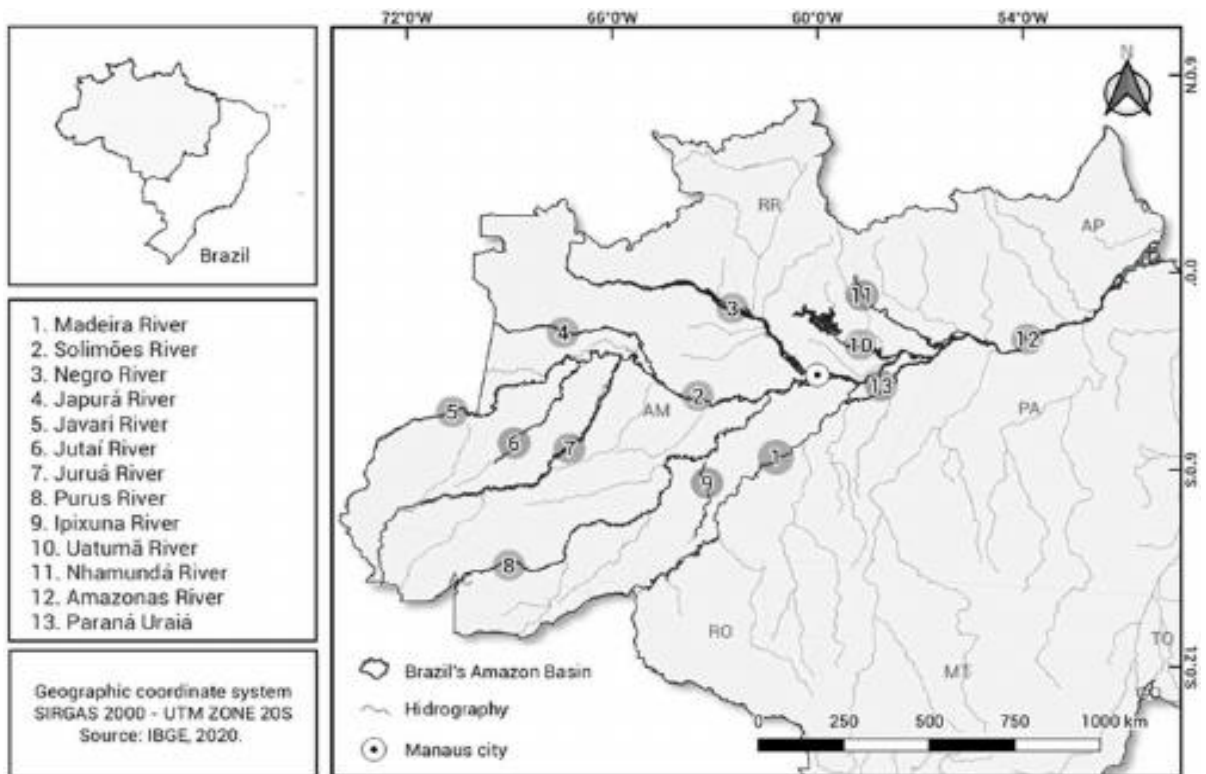


FIGURA 4 – Principais locais de pesca ilegal da espécie pirarucu.

Fonte: Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, 2021 (FREITAS; SOUSA, 2021).

## ANEXO E - Mapa Situacional da calha do rio Jandiatuba

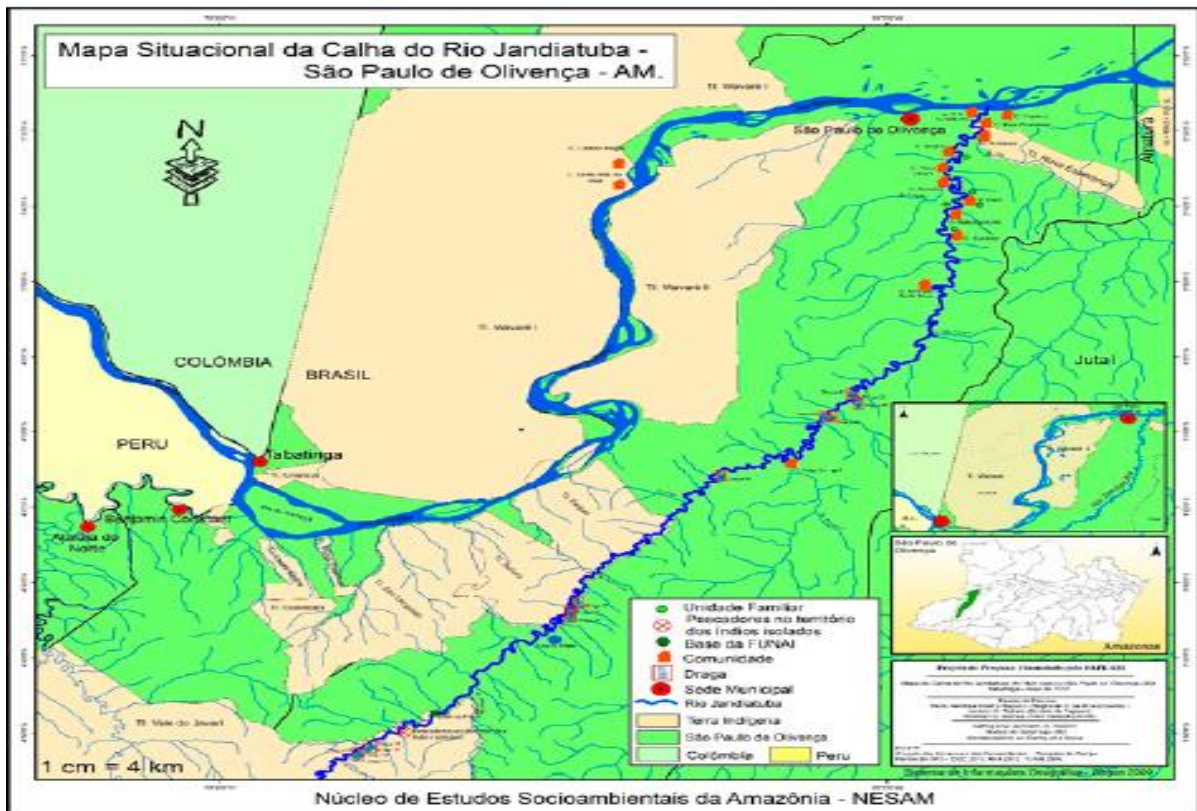


FIGURA 5 – Mapa Situacional da calha do rio Jandiatuba.

Fonte: NESAM, 2017 *apud* ALMEIDA et al., 2019.